

Tribuna Operária

ANO V - Nº 175 - DE 9 A 15 DE JULHO DE 1984

Cr\$ 300,00

Contra governo da trapaga OPOSIÇÃO AVANÇA PARA CANDIDATO ÚNICO

PDS espatifado perde maioria parlamentar

Dissidência lança manifesto rompendo com governo. Pág. 3



Foto: L. Cordeiro LIMA

Reunião da SBPC debate problema da dependência

No maior evento científico do país, o principal assunto a ser debatido na USP, em São Paulo, deverá ser a questão da dependência tecnológica. Pág. 4.

EDITORIAL

Pela Constituinte

Na elaboração do programa básico que oriente o candidato único das oposições contra o regime militar, ganha destaque especial a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e com soberania para constituir de fato. Desde há muito que as forças de vanguarda do proletariado apontam esta conquista democrática como instrumento fundamental para liquidar o sistema autoritário implantado pelos generais. Hoje as mais extensas correntes políticas unificam-se em torno desta bandeira. E criam-se as condições concretas para a sua efetivação.

Os golpistas de 1964 rasgaram a Constituição em vigor e passaram a governar apoiados na mais absoluta prepotência. Acabaram conduzindo o Brasil a uma situação de desgoverno. O general-presidente não tem o que dizer sobre qualquer um dos problemas centrais da nação. E mesmo quando se aventura a dizer algumas palavras, volta atrás no dia seguinte. Do ponto de vista legislativo pode-se constatar a mesma coisa. Através de outorgas, remendos e casuísticas, a Carta Magna foi substituída por uma colcha de retalhos marcada pelo conteúdo arbitrário.

Impõe-se como tarefa para todos os patriotas e democratas a elaboração de uma nova Constituição, em consonância com as vigorosas lutas reivindicatórias e políticas dos trabalhadores e de todas as camadas populares, e com o amadurecimento da liberdade na consciência da sociedade brasileira. Para isto é urgente uma Assembleia Constituinte que represente todas as correntes de pensamento, inclusive as organizações mantidas até hoje arbitrariamente na ilegalidade.

Exige-se de uma Constituinte em primeiro lugar uma definição clara sobre a questão do poder. Que acate a decisão unânime de nosso povo e restaure as eleições diretas como forma de escolher

os governantes em todos os níveis - desde o presidente da República até os prefeitos das capitais e demais municípios - e que fixe os prazos de seus mandatos, até hoje alterados a bel-prazer pelos ditadores, de acordo com suas conveniências de momento.

Deseja-se também que a Assembleia consagre a defesa democrática dos direitos dos trabalhadores e das grandes massas populares. Direito de se organizar com liberdade, em Sindicatos, nas associações mais diversas, em partidos políticos, e direito de lutar por seus interesses e reivindicações.

A grande maioria dos brasileiros quer ainda mecanismos concretos em favor da soberania nacional, contra a agressão do capital internacional no terreno político e econômico. E a garantia de condições dignas de trabalho e de vida do povo contra a selvageria desenfreada das grandes empresas, principalmente as multinacionais. Aspira-se a que a Constituinte assegure aos camponeses, posseiros e demais trabalhadores do campo o direito à terra, assim como condições para que prossigam sem perseguições a luta por uma reforma agrária radical.

Os objetivos maiores da classe operária não se resumem a uma nova Constituição. O interesse do proletariado e do povo é a construção de uma democracia popular rumo ao socialismo. Mas a experiência em nosso país e em todo o mundo mostra que para isto a conquista da liberdade é uma questão fundamental. Num regime democrático é possível o debate pluralista e aberto das mais diversas plataformas políticas assim como a organização das massas na luta por transformações mais profundas. Por tudo isto, os trabalhadores atuarão unitariamente com todos os democratas e patriotas, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986, como já está sendo amplamente discutido.



Açúcar em Pernambuco vem tinto com sangue camponês

Documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco mostra a violência dos latifundiários sobre os camponeses. Página 10.

Sinditêxtil da Bahia conseguiu provar que o operário José Marcelino morreu intoxicado na Banylsa devido à sede de lucros dos patrões. Agora o Sindicato vai processar a empresa e exigir segurança para os trabalhadores.

fala o POVO

Latifúndio faz lista de condenados à morte

Benezinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé Açu, assassinado quarta-feira por pistoleiros, foi a primeira vítima de uma lista negra elaborada pelos latifundiários da região, numa reunião em Paragominas. Entre as outras pessoas marcadas para morrer por se oporem à grilagem, está o advogado e deputado estadual Paulo Fonteles, do PMDB,

que fez a denúncia há um mês na Assembleia Legislativa. Após o assassinato de Benezinho, o povo revoltado imitou a deposição da delegacia de Tomé Açu e linchou um dos três pistoleiros que se achavam ali. O quarto pistoleiro envolvido no crime, que se acha ferido, é Milton, gerente da fazenda Colatina. Mais informações na pág. 4.



Povo nas ruas na Bolívia: a classe operária tem papel de destaque

Povo boliviano se põe de pé contra golpistas e FMI

Mais uma vez os trabalhadores bolivianos dão mostra de combatividade e patriotismo saindo às ruas para impedir mais um golpe fascista dirigido pelos militares da máfia da cocaína. Mobilização salva presidente da mão dos sequestradores. Leia na página 2.

Rio Grande homenageia seu filho que morreu na guerrilha

Ex-colegas do médico João Carlos Haas recordam a figura humana e combativa deste guerrilheiro morto no Araguaia em 1972. Página 4.



O médico-guerrilheiro

Povo na rua impede êxito de golpe militar na Bolívia

No último dia 30, um mês após o governo boliviano ter anunciado a suspensão do pagamento da dívida externa do país, um grupo de militares sequestrou o presidente Hernán Siles Zuazo numa tentativa de golpe de Estado. Imediatamente as forças populares e democráticas do país se mobilizaram em defesa do governo constitucional, malogrando a tentativa de tomada de poder pelos militares.



O presidente Siles Zuazo

Destá vez o golpe militar não deu certo. Após dez horas em poder dos militares, Siles Zuazo foi colocado em liberdade - com uma costela quebrada - e reassumiu a Presidência da República. A Central Operária Boliviana - COB - havia convocado uma greve geral para a semana passada, visando pressionar o governo a cumprir seus compromissos assumidos em 30 de maio, dentre os quais o de suspender o pagamento da dívida externa. Com a tentativa de golpe, imediatamente a COB alterou seus planos. Assumiu o controle administrativo de Sucre (sede do Judiciário boliviano)

e outras cidades, e bloqueou estradas, juntamente com sindicatos camponeses, em defesa do governo constitucional. E ainda anunciou uma greve geral "para resistir ao golpe de Estado".

Setores das Forças Armadas também não se envolveram na aventura golpista - afinal, antes de Zuazo assumir, em outubro de 1982, os militares ficaram no poder por 18 anos através de sucessivos golpes, e dele saíram desgastados. Barrado o golpe, o governo investiga agora quais as pessoas e

correntes políticas envolvidas nesse crime contra a democracia. E não são poucas. Mais de 200 suspeitos foram presos, e há denúncias de que inclusive o ministro da Defesa, Manuel Cárdenas Mallo, está envolvido. Dentre os presos incluem-se dois ex-ministros da época em que o general Hugo Banzer era o chefe de governo, e outros 12 elementos da Ação Democrática Nacional - o partido de Banzer que, por sinal, ficou sete anos no poder também após um golpe de Estado. Também estão presos dirigentes da Falange Socialista Boliviana, de extrema-direita.

O episódio parece estar tendo um desfecho favorável às forças democráticas. No entanto a luta de classes na Bolívia avança para enfrentamentos cada vez mais acirrados. Somente no ano passado, os operários e outros assalariados realizaram uma média de 20 greves por mês no país. Por seu lado, o patronato também investe com furor contra o proletariado. Em fevereiro deste ano fecharam suas empresas por dois dias, pela primeira vez na história boliviana, repudiando o aumento de 57% no salário-mínimo nacional e o congelamento de pre-

ços de alguns gêneros de primeira necessidade. A época, um funcionário da embaixada dos Estados Unidos já havia anunciado que preconizava pela "criação de um governo estável e duradouro" na Bolívia - sem dúvida, um alento para os golpistas.

O pano de fundo dessa verdadeira guerra civil mais ou menos escamoteada, é uma inflação que chegou a 300% em 1983, uma dívida externa de mais de 5 bilhões de dólares, desemprego crescente e brutal concentração de renda. Na Bolívia 290 mil pessoas abocanhavam 29% das riquezas produzidas, enquanto 2 milhões e 320 mil repartem entre si apenas 13,5% dessas riquezas. Ao lado disso, prolifera o milhardeiro tráfico de drogas, em especial a cocaína. A coisa chega a tal ponto que, recentemente, o traficante Roberto Suarez Gomez, o "rei da cocaína", chegou a se oferecer para pagar, sozinho, a dívida externa do país em troca da liberdade de seu filho, preso nos Estados Unidos. No início deste ano, Suarez Gomez ameaçou abertamente depor Siles Zuazo, assustado "com o avanço dos famintos", segundo declarou à imprensa...



Navios que transportam petróleo do Irã são atacados no Golfo

Provocações dos EUA contra os iranianos

Continuam as provocações contra o Irã, no Golfo Pérsico. Nos últimos dias, os navios que trafegam na região, transportando petróleo exportado pelos iranianos, foram alvos de bombardeios, na tentativa de sufocar economicamente aquele país. A Agência de Notícias Albanesa, ATA, divulgou recentemente este comentário sobre a situação na região:

"Os últimos acontecimentos na região do Golfo Pérsico demonstram que o imperialismo norte-americano intensificou as ameaças e chantagens militares, tentando um pretexto para intervenções militares e para provocar conflitos. As provocações foram intensificadas tanto no plano militar quanto no político. Testemunha disso é a cada vez maior concentração de navios de guerra americanos, assim como a entrada em estado de alerta permanente das bases militares norte-americanas nos países do Oriente Médio e do Golfo. No plano político há que se sublinhar a última reunião do gabinete presidencial na Casa Branca, onde foi examinada "a principal inquietude dos EUA quanto à situação no Golfo Pérsico".

"Os imperialistas norte-americanos empenham grandes esforços para criar uma atmosfera psicológica internacional propícia à sua intervenção na área. A Casa Branca pretende

ser a "defensora das rotas internacionais de comércio e de escaamento" que passam pela região do Golfo. O presidente Reagan reclama com insistência a ajuda dos aliados para a defesa das vias marítimas do petróleo, enquanto ameaça resolver o problema "através da força".

"Os imperialistas americanos perpetram provocações visando submeter o povo iraniano. Os Estados Unidos tentam recuperar o paraíso perdido do Irã. Mesmo hoje, cinco anos passados da vitória da revolução iraniana, os imperialistas americanos não cessaram nem por um instante os complôs e as intrigas, as chantagens e ameaças contra o povo iraniano. A Casa Branca tenta agora um pretexto para a intervenção aberta e direta no Irã e recorre a argumentos imperialistas para mascarar seus objetivos. Mas a determinação do povo iraniano é mais forte que a agressão que preparam os imperialistas americanos." (ATA)

Operários alemães conquistam redução da jornada de trabalho

Com uma vitória parcial dos operários, que agora passam a trabalhar 38 horas e meia, e não mais 40 horas por semana, terminou no dia 3 a greve dos metalúrgicos e gráficos alemães pela redução da jornada de trabalho. Os operários lutavam pela jornada de 35 horas, neste que foi o mais importante choque de classes dos últimos 30 anos na Alemanha Federal.

A duração da jornada de trabalho ocupa um lugar fundamental na luta da classe operária contra a exploração capitalista (veja quadro).

Hoje na Europa, assolada pela recessão e pelo desemprego, além dos alemães, também os metalúrgicos franceses e os mineiros ingleses lutam contra as medidas antioperárias de seus governos.

Na Alemanha Federal existem atualmente 2,1 milhões de desempregados. Desde 1980 a recessão castiga o país. Depois dos anos de "milagre econômico", a produção industrial, que chegou a crescer 10% em um só ano, despencou para taxas negativas de 1980 a 1982. Só no ano passado atingiu o modesto aumento de 1,3%.

A palavra de ordem da burguesia alemã tem sido a superexploração da classe operária. Segundo a revista *Kommunistisch e Hoff*, editada pelo partido Comunista da Alemanha - marxista-leninista -, a produtividade do trabalho cresceu 50% entre 1970 e 1979, período em que o nível de emprego caiu cerca de 15%! A automação da indústria, com a utilização de robôs no lugar dos operários, cumpre importante papel neste sentido. As exportações do país vêm rendendo gordos lucros aos empresários: o Commerzbank espera para 1984 um aumento de 15% nos ganhos das empresas.

Em resposta à selvageria dos capitalistas, acontecem choques de classe sempre mais agudos. Ainda às vésperas da recessão, em 1978/79, os operários das siderúrgicas já levantavam a reivindicação da redução da jornada semanal de 40 para 35 horas, sem redução dos salários.

Justamente por não tolerar qualquer concessão à classe operária em meio à crise foi que a burguesia alemã promoveu, em 1982, a substituição da social-democracia pela democracia-cristã no poder, mais "consequente" na política de arrocho contra os trabalhadores.



A luta pelas 35 horas semanais envolveu milhares de operários e foi parcialmente vitoriosa

A luta pelas 35 horas assumiu enorme importância no cenário político do país. Seu significado mais imediato seria a criação, à custa dos lucros dos patrões, de 2,8 milhões de novos empregos. Recentemente a BASF e outra indústria química reduziram a jornada semanal para 32 horas, o que resultou num aumento de 50% no número de empregados.

Durante meses os empresários desenvolveram uma campanha de propaganda de dimensões inéditas contra as 35 horas. Semearam o terror, ameaçando com demissões e locautes, e anunciaram uma pretensa desgraça para a economia do país, caso a jornada de trabalho fosse reduzida.

A classe operária, por seu lado, não se intimidou. Lançou-se à mais importante greve dos últimos 30 anos, que paralisou por mais de um mês a indústria automobilística. Enfrentou a aberta hostilidade do governo democrata-cristão, cujo chanceler Helmut Kohl chegou a qualificar a reivindicação de "estúpida e absurda".

O final da greve, que custou à indústria de 5 a 6 bilhões de marcos (mais de Cr\$ 3,7 trilhões), trouxe uma vitória parcial aos operários. A jornada de trabalho foi reduzida em 1 hora e meia, e ainda houve um aumento salarial de 3,3%. Com este resultado, além de quebrar a intransigência da burguesia, os sindicatos infligiram uma derrota também ao governo. (Sylvio Queiroz)

Em defesa do emprego

Os operários alemães trabalhavam de 40 a 42 horas por semana. Forçados pelo desemprego, partiram para a luta pela redução do trabalho para 35 horas. A lógica é simples: onde cada um trabalha menos, há lugar para mais trabalhadores. Mas os patrões entraram em pânico e desencadearam forte repressão. Por que esta reação contra uma reivindicação tão justa?

Quando a classe operária luta pela redução da jornada, os capitalistas tremem nas bases. No centro do sistema está a luta entre o capital e o trabalho, entre o salário e o lucro, entre o trabalho pago e o não-pago. Para executar o falso milagre da expansão de sua empresa, os capitalistas compram no mercado matérias-primas, máquinas e a força de trabalho. Depois vendem os produtos finais por um valor muito maior do que seu custo. Isso que se chama "lucro", diferença entre o preço final e o custo. Só tem um jeito de explicar essa "mágica". A força de trabalho é paga a um preço muito menor do que o valor que ela produz.

Num dia de trabalho de oito horas, o trabalhador produz mais valor do que recebe. Em apenas duas ou três horas já produziu o equivalente a seu salário.

No resto do tempo trabalha de graça para o patrão. Essa divisão entre trabalho não-pago e trabalho pago, chamada taxa de mais-valia, é a verdadeira fonte dos lucros.

Os patrões procuram reduzir os salários ao máximo para aumentar essa taxa. Tentam também prolongar ao máximo a jornada de trabalho, mantendo os salários, para aumentar a taxa de mais-valia e não precisam contratar mais trabalhadores.

Na Alemanha, o rápido processo de automação industrial, com robôs e computadores, apresenta mais uma face da exploração capitalista: o aumento da intensidade do trabalho. Como fica cada vez mais difícil, politicamente, aumentar a jornada ou diminuir os salários, os capitalistas partem para o aumento no ritmo das máquinas, fazendo com que no mesmo número de horas a quantidade de peças produzidas seja muito maior. Outro efeito do aumento do ritmo de trabalho é o desemprego.

Guerrilha força governo de El Salvador a negociar

As primeiras conversações entre o governo e o movimento guerrilheiro de El Salvador tiveram início domingo, dia 15, no hotel Ritz de Lisboa. A abertura imediata de negociações, sem condições prévias, era uma antiga proposta da FDR (Frente Democrática Revolucionária), que dirige a luta de libertação dos salvadoreños. O governo, porém, resistia, alegando que não negociava enquanto os guerrilheiros não depusessem as armas.

Destá vez, contudo, após gestões encaminhadas pelo ministro português, Mário Soares, e a Internacional Socialista (social-democrata), o novo governo salvadoreño de Napoleón Duarte resolveu ceder. E Juan Ramirez Rauda, representante de Duarte, já iniciou os contatos formais com Guillermo Onto, presidente da FDR. O objetivo dos contatos seria encontrar uma solução política para a

crise que mergulhou aquele país centro-americano numa guerra civil que já dura anos.

A abertura das negociações é um êxito do movimento salvadoreño de libertação, uma vez que implica o reconhecimento da guerrilha como interlocutor. Ao mesmo tempo, ela inaugura um novo front na batalha entre o povo salvadoreño e seus próprios inimigos. Sabe-se que o próprio governo Ronald Reagan, atualmente, incentivou por debajo do pano o início dos contatos, ordenando que as forças salvadoreñas ultradireitistas do major D'Aubusson se conformassem com a idéia. Assim, a luta de libertação deverá combinar agora o combate na mesa de negociações e nos campos de batalha - onde recentemente os guerrilheiros tiveram um importante êxito ao ocupar por 12 horas a maior usina elétrica do país.

Polícia secreta do Chile mata mais quatro patriotas

A ditadura fascista do general Pinochet matou, na madrugada do último dia 3, mais quatro patriotas chilenos, dentre os quais o presidente da Associação de Profissionais Democráticos e dirigente do Comitê de Defesa dos Direitos do Povo, Patricio Sobarzo.

Os assassinatos foram cometidos pela Central Nacional de Informações, a gestapo do Chile, que ainda anunciou a prisão de outras sete pessoas. Patricio

Sobarzo estava investigando a morte, pela polícia secreta de Pinochet, de pessoas acusadas de "terrorismo" pela ditadura. O Comitê de Defesa dos Direitos do Povo acusou a CNI de "matar indiscriminadamente" os adversários políticos do governo chileno. "Culpamos a CNI por mais este ato criminoso, assassinando um democrata e defensor dos direitos humanos que nada teve com a subversão", afirmou o Comitê.

Pirataria de Israel para atacar o povo palestino

O governo de Israel sequestrou, num dos mais puros atos de pirataria, o navio *Alisar Branco*, que seguia para Beirute, entre os dias 28 e 30 de junho. O navio trafegava em águas internacionais quando canhoneiras israelenses o interceptaram, levando-o para o porto de Haifa.

O governo sionista tentou "justificar" seu ato de banditismo alegando que buscava no navio "terroristas" - palavra com a qual o Estado israelense refere-se ao povo palestino. Quatro, dos 63 passageiros do *Alisar Branco*, foram presos pelos militares sionistas, e não

se sabe seu paradeiro. Nem mesmo à Cruz Vermelha Internacional o Estado terrorista de Israel presta contas sobre o destino dado aos prisioneiros.

A imprensa burguesa e as agências de notícias mantidas pelo imperialismo escamoteiam o ato criminoso. Sonegam as informações sobre o sequestro do navio, tergiversando sobre o fato - avvenuto pela própria imprensa imperialista - da presença ou não do terrorista conhecido como "Carlos, o Chacal" no *Alisar Branco*. Aliás, os próprios piratas sionistas já negaram a presença do "Chacal" no navio.

Racha no PDS tira base de apoio de Figueiredo

A partir de agosto, quando se reiniciarem os trabalhos legislativos deste ano, Nelson Marchezan não poderá mais ser chamado líder da maioria na Câmara dos Deputados. O PDS não é mais a banda majoritária no Congresso, desde a semana passada, quando foi formalizada a dissidência dos parlamentares que integram a chamada Frente Liberal.

O número de dissidentes cresce dia a dia, o que impede um dimensionamento preciso de seu tamanho. Mas sabe-se que o núcleo central da dissidência é formado por 43 deputados e 7 senadores, número este que pode chegar perto de 80 parlamentares, com as novas adesões esperadas para os próximos dias.

Esta é a primeira consequência da dissidência do PDS, embora não seja a mais importante. Na verdade, os dissidentes estão dispostos a abrir uma guerra contra o governo Figueiredo por não concordarem com o encaminhamento dado pelo Planalto à sucessão presidencial. Em primeiro lugar, o núcleo da dissidência é formado pelos parlamentares do grupo pró-diretas, que desde o primeiro momento participaram ativamente da campanha pelas diretas-já, contrariando as posições do governo. Com a "divisão formalizada, o PDS acaba definitivamente de se desintegrar. E o governo militar perde a única base de sustentação política que lhe restava. Hoje, a administração Figueiredo, além de contar

com a antipatia generalizada do povo brasileiro, deixa de ser maioria do Congresso Nacional. Com isso o Planalto perde o poder de impor suas decisões goela abaixo ao povo e ao Congresso.

RUPтура PARA VALER

A ruptura dos dissidentes é profunda. Engrossada pelos correligionários do vice-presidente Aureliano Chaves e do senador Marco Maciel, que retiraram suas candidaturas à Presidência da República e devem apoiar um candidato da oposição, o bloco dissidente não vai participar da convenção do PDS que escolherá o candidato do partido à sucessão do general Figueiredo; não segue mais a direção política da liderança do governo e renuncia aos postos no Diretório Nacional do PDS. Há portanto um rompimento total, como afirmou o deputado Saulo Queirós, do PDS de Mato Grosso do Sul: "Nós estamos dispostos a tudo. A partir de agora não fazemos mais parte do PDS. Se a legislação permitisse, a maioria de nós assinaria a ficha de outros partidos, de oposição".

O MANIFESTO

Na tarde de quinta-feira a Frente Liberal divulgou

um Manifesto à Nação, assinado pelo vice-presidente Aureliano Chaves e pelo senador Marco Maciel onde, além de renunciarem a suas candidaturas, eles expõem os propósitos da dissidência e defendem, entre outros pontos, as eleições diretas em todos os níveis, uma ampla reformulação partidária e mudanças na política econômica. Além disso, eles propõem o entendimento suprapartidário para se superar o atual impasse político e apontar a perspectiva de apoiar um candidato da oposição para derrotar o governo e o malufismo.

Entre outras coisas, o manifesto diz: "O encaminhamento da sucessão presidencial conflita com o processo de aperfeiçoamento das instituições políticas e contradiz a vontade do povo.

"Implantou-se o personalismo e o formalismo, um servindo ao outro para o esmagamento e o silêncio das bases. Em nada se transige, em tudo se confirmam as manifestações de prepotência."

Com a formalização da dissidência, o governo perde o controle sobre a sucessão presidencial, ampliando inclusive as possibilidades de sucesso e triunfo da campanha pelas diretas-já. As oposições devem agora intensificar a mobilização popular, lançar seu candidato único e definir o programa mínimo para um governo de transição democrática, que seja capaz de derrotar o regime e promover as transformações exigidas pela nação. (da sucursal).



Candidatura única é a forma de trazer de volta à cena política as grandes massas do povo, como na campanha pró-diretas.

Candidato único para enfrentar o regime

Com a retirada da emenda Figueiredo do Congresso Nacional, o governo sofreu um sério revés e saiu mais desmoralizado do que nunca. Para a oposição criou-se a necessidade premente de lançar um candidato único, com amplo respaldo popular, colocando em campo novas reservas para enfrentar a trama continuísta do regime militar.

O golpe da retirada serviu para demonstrar que na verdade o governo não estava interessado nem nas pequenas mudanças contidas na sua emenda. Se chegou a formulá-las foi como jogada política, visando sabotar a emenda Dante de Oliveira. O seu projeto essencial é manter o sistema implantado desde 1964, baseado no arbítrio, na corrupção e no entreguismo.

A tática atual da gang do Planalto é acenar com a possibilidade de outras emendas pelas diretas no Congresso Nacional, enquanto trama às escondidas novos golpes para impedir qualquer alteração de caráter democrático. Quer impedir a oposição de tomar a iniciativa, condenando-a a perseguir esta e depois outras emendas, enquanto esgotam-se todos os prazos até a data da sucessão. Enquanto isto o governo tentaria na última hora impor um general qualquer como candidato único optaria de vez por Paulo Maluf que, apesar das rusgas, no final das contas é farinha do mesmo saco de todos os golpistas de 1964.

os mecanismos para levá-la ao poder. Neste instante isto se materializa num candidato único das oposições, com um programa básico democrático, que tenha condições de enfrentar o regime em qualquer terreno.

É criminoso deixar Maluf na presidência

Já é por demais conhecida a argumentação para mostrar o conteúdo casuístico do Colégio Eleitoral forjado pelos estrategistas do Planalto. Mas seria pura ingenuidade dos democratas ficarem reafirmando esta verdade e desconhecem a realidade concreta de que a ditadura pode, com sucessivos golpes de força, não deixar à oposição outra alternativa senão enfrentar o combate mesmo neste terreno. Seria criminoso, por omissão ou por prurido, deixar o campo aberto para que o sinistro Paulo Maluf ocupe a Presidência da República.

O lançamento de um candidato das oposições, com amplo respaldo entre as forças opositoristas e as massas, pode armar o povo com uma alternativa à altura para responder aos constantes impasses gerados pelo governo, seguidos de trapaças escandalosas para adiar indefinidamente o processo de escolha do novo presidente. Com este

candidato à frente, é possível, ao mesmo tempo em que se insiste nas diretas-já, iniciar imediatamente uma campanha eleitoral de massas, recolocando o povo nas ruas pela democracia.

Candidato único para fortalecer a luta

Alguns resistem a este processo alegando que o nome cogitado, do sr. Tancredo Neves, significaria uma solução de conciliação. Talvez não fosse errado dizer que esta seria a intenção de Tancredo. Mas da mesma forma que, independente da vontade dos seus partidários, a incorporação do PP ao PMDB representou uma radicalização da luta contra o regime, na conjuntura atual o lançamento de um candidato único é concretamente a reposição do confronto entre democracia e ditadura.

Não basta esperar por novas emendas

Outros se opõem ao candidato único dizendo que não é hora desta definição. No fundo movem-se em torno de interesses menores, pessoais ou de grupo. Pretendem correr em faixas próprias, mesmo que isto enfraqueça a luta democrática, visando aproveitar a oportunidade para reforçar o seu próprio partido. Com uma visão míope, esquecem os interesses maiores do povo brasileiro, ficam restritos às formulações aparentemente radicais, enquanto na prática fazem o jogo do regime e de Maluf. (Rogério Lustosa).

Sarney, Bornhausen e o vice Aureliano Chaves; membros da dissidência do PDS



Impunidade dá alento à ação dos terroristas

Sempre acobertados pela impunidade, os terroristas voltaram a agir na sexta-feira, dia 29. Desta vez incendiaram a sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília. O sinistro destruiu os 3º e 4º andares do prédio onde fica a OAB, queimando todo o arquivo da entidade e inclusive o "Livro negro das emergências", em elaboração e que relatava as sandices cometidas no Distrito Federal durante a vigência do "estado de emergência", quando era votada a emenda Dante de Oliveira.

OAB noticiando a intimação para que esse general devolvesse uma placa alusiva à invasão do prédio por ele comandada em 1983.

Também o presidente da OAB nacional, Mário Duarte Garcia, expressou sua convicção de que "se o incêndio não teve origem criminosa, fica muito difícil explicá-lo". Mas o secretário de Segurança do DF, coronel Lauro Rieth, apressou-se em afirmar que nada evidencia que o

incêndio foi criminoso! O coronel Lauro foi indicado para a Secretaria de Segurança pelo general Newton Cruz, que instaurou investigações para apurar, não o incêndio, mas a "tendenciosa exploração pública do fato". Tem razão o presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, ao afirmar que o incêndio "não passa de uma repetição do que houve na OAB do Rio de Janeiro, no Riocentro e outros casos semelhantes"....



Os bombeiros só chegaram 40 minutos após o incêndio

Visão míope favorece o jogo do regime

Para dar continuidade ao combate democrático é indispensável acompanhar a dinâmica do processo político, que evolui atualmente com muita rapidez. Certas posições inteiramente justas num momento podem tornar-se obsoletas e inclusive atrapalhar no instante seguinte.

Desde o início do ano foi cumprida uma majestosa jornada democrática contra a ditadura. Os grandes comícios, inclusive as mobilizações às vésperas da votação da emenda Figueiredo, demonstraram a imensa disposição de luta das massas pela democracia. Também no Congresso Nacional, apesar das medidas de emergência e mesmo das limitações impostas pelo regime interno, desenvolveu-se uma acirrada batalha contra a prepotência dos generais. O conteúdo central de toda esta movimentação foi o combate ao regime militar, traduzido pela palavra de ordem de diretas-já.

Depois dos vergonhosos acontecimentos de 25 de abril e de 28 de junho, não basta aos opositoristas aguardar passivamente novas emendas e consequentemente novas falcatruas do governo. Sem abrir mão das diretas-já, urge tomar medidas para neutralizar os planos continuístas dos generais. Para perseguir os mesmos objetivos da campanha das diretas-já, não é razoável apostar tudo num único caminho, sem considerar as alterações no cenário político.

A particularidade do momento em que vivemos é a constituição de uma ampla frente democrática e popular - que se manifestou unitariamente nas ruas e no Parlamento. A grande questão agora é encontrar

Medidas de emergência para um novo governo

Para interferir no processo político em curso, impõe-se hoje ao povo lutar por um programa básico que unifique as forças democráticas e para comprometer com esta plataforma o candidato único das oposições. Com base nestas questões, as massas ocuparão novamente as praças públicas, numa vigorosa campanha eleitoral contra o regime, pela liberdade. O instrumento para dar partida a esta nova etapa de luta será uma ampla assembleia de todas as organizações e partidos democráticos e populares, para aprovar o programa e referendar o candidato opositorista.

São aspirações básicas, hoje, a garantia da soberania nacional - que implica no rompimento com o FMI e suspensão do pagamento da dívida -, o combate à inflação a partir de medidas que barrem a evasão de divisas, o respeito aos direitos e reivindicações dos operários e das massas trabalhadoras do campo e da cidade, a defesa das liberdades democráticas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Um candidato a presidente pelas oposições deve obrigatoriamente se comprometer com um programa básico a ser

detalhado a partir destas questões.

Mas não é só isto. O povo tem hoje a necessidade de um plano mínimo, de emergência, para aliviar o sufoco. Isto implica em contenção radical dos aumentos dos alugueis, das prestações da casa própria, das tarifas e taxas diversas e dos gêneros de primeira necessidade. Exige também abono salarial de emergência para os assalariados e salário-desemprego. Para obter recursos extras que paguem estas despesas, o novo governo democrático terá que criar uma taxa especial sobre o lucro das grandes empresas, em particular das multinacionais.

Com o programa básico e o plano de emergência, o candidato único, referendado numa assembleia democrática e popular, terá condições de encabeçar uma vibrante campanha eleitoral de massas e criar as condições para uma fragorosa derrota dos planos continuístas dos generais. Satisfeitas estas condições, a oposição terá um candidato de luta, de acordo com o espírito da campanha popular pelas diretas-já. (R.L.)

Dependência tecnológica tem destaque na SBPC

Iniciou-se nesta quarta-feira, num ato realizado no Parque Anhembi, a 36ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem desempenhado um importante papel na luta pela democratização do país, como forum de debate.

Embora a conjuntura do país tenha mudado e se desfrute de um pouco mais de liberdade, a SBPC, além de impulsionar o desenvolvimento da ciência em todas as áreas, desempenha ainda um papel político. Como afirmou o presidente da entidade, Crowdowaldo Pavan, "não só é impossível como indesejável que a SBPC deixe de desempenhar um papel político. Não podemos ficar isolados. O que não fazemos é política partidária. Mas colaboramos, por exemplo, com a campanha pelas diretas-já. E temos que discutir inclusive a política governamental, porque dela depende o apoio à ciência e à tecnologia".

PELA INDEPENDÊNCIA

Os temas da 36ª reunião que deverão concentrar as maiores atenções do público são o combate à dependência tecnológica e econômica, com destaque para a defesa de uma reserva de mercado para a informática; e a política social em tempo de crise, que abordará as questões do desemprego, de preservação do meio ambiente, e da situação de vida dos trabalhadores, lembrando Vila Socó e os operários da Cosipa condenados à morte por terem ficado expostos à ação tóxica do benzeno (TO n.º 174, pág. 10).

Para poder discutir temas como esses, com relativa liberdade, a SBPC não depende de recursos do governo. "Essa é a forma que a comunidade científica encontrou para debater as questões que considera importantes para o país e o povo, sem interferência governamental" — afirmou o professor Pavan. No entanto, ele considera indispensável que o governo invista maciçamente na Educação, Ciência e Cultura; que aumente as verbas para o ensino público e gratuito, "única forma de desenvolver a ciência e a tecnologia no interesse do país".

Crowdowaldo Pavan destacou ainda que o governo precisa tomar medidas positivas urgentemente neste sentido, "senão, perderemos em pouco tempo o que levamos 50 anos para construir: a Universidade brasileira, aliás um dos temas a ser discutido com destaque nesta reunião da SBPC".

ALBANÊS SEM VISTO

Foram convidados para esta reunião dois cientistas albaneses, Sufter Yhuveli e Bardhyl Pollo, para fazer debates respectivamente sobre a colitização da agricultura e a política demográfica na Albânia. No entanto, apesar dos esforços da direção da SBPC, o Itamaraty boicotou a vinda de ambos. Até fecharmos esta edição, eles não haviam recebido o visto de entrada no país a ser concedido pela embaixada do Brasil em Roma, que alegava não ter recebido orientações do Itamaraty. Este declarava por sua vez não ter recebido o pedido de visto.

Apesar de dificuldades como essa, a SBPC continua a ser o maior acontecimento do gênero no Brasil e na América Latina. Nesta 36ª reunião estão inscritos mais de 3.500 trabalhos e espera-se cerca de 10 mil participantes. E a razão deste êxito, segundo o professor Pavan, é que "o país precisa de pesquisa em todas as áreas, inclusive as humanas. Mesmo quando se faz uma poesia, produzimos algo que pode aperfeiçoar o melhor produto que temos no Brasil: o homem brasileiro". (Olivia Rangel)

João Amazonas vai falar na SBPC

João Amazonas vai falar na SBPC. Compareceu à sua palestra sobre "O socialismo Científico, novo estágio do desenvolvimento social", no dia 11, às 12 horas, no Auditório do Instituto Oceanográfico da USP. Duca a opinião de um veterano dirigente comunista sobre o socialismo, inspiração de todos os povos.

Potências usam a ciência para dominar os povos

Um dos temas mais importantes que serão tratados pela 36ª Reunião Anual da SBPC é a dependência tecnológica e científica. A luta por verbas para a pesquisa e o ensino, pela defesa do mercado para produtos de alta tecnologia, é questão vital para a soberania nacional, é parte importante da luta contra o imperialismo.

As potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos e a URSS, vão desenvolvendo um novo modelo estrutural para a dominação dos povos — além das tropas e da dívida externa, passam a usar em larga escala uma nova ferramenta: a ciência e a alta tecnologia.

Pelos planos das potências, o mundo deve ser dividido em duas áreas: uma região onde imperam as indústrias avançadas, de grandes computadores, genética, espacial e militarmente estratégica; nas quais se concentra pesquisa altamente científica e tecnológica; do outro lado, uma vasta região de baixa tecnologia, com indústrias poluidoras e que usam mão-de-obra e recursos naturais baratos, como as siderúrgicas, automobilísticas, petroquímicas, automotivas, de mecânica simples, celulose, etc.

Além de exportarem produtos para os países ricos, essas indústrias usam as máquinas e processos industriais bolados pelos imperialistas. Isso ficou claro na proposta apresentada pelo presidente da Ford: que o Brasil vire polo exportador de um milhão de automóveis.

As potências querem que uma "elite" de desenvolvidos pratique a mais alta ciência, enquanto 4,5 bilhões trabalham no sujo e no pesado. Um exemplo disso está na luta sem tréguas travada pelos imperialistas contra a reserva de mercado para a fabricação de micro e minicomputadores. Não querem permitir que consigamos autonomia tecnológica nesse campo chave da indústria moderna.

Nas mãos dos poderosos, a ciência e a tecnologia são voltadas para a guerra e a dominação dos povos. Só com a quebra das malhas da dependência e com a democratização, poderão atingir seu verdadeiro objetivo: melhorar a vida dos homens.



De pé, à esquerda, fala o representante da Comissão pela Legalidade do PC do B

Homenagem a João Haas, guerrilheiro comunista morto no Araguaia

O guerrilheiro e militante comunista João Carlos Haas Sobrinho, morto na resistência armada do Araguaia, foi alvo de emocionante homenagem no último dia 28 de junho. O evento foi promovido pela Associação de Ex-Dirigentes Estudantes, pelo Centro Acadêmico Sarmento Leite (CASL) — da faculdade de medicina, onde se realizou o ato — e pela UEE.

João Carlos Haas presidiu o Centro Acadêmico da Medicina em 1964, passou à clandestinidade depois do golpe militar, estabeleceu-se em Porto Franco, no interior do Maranhão, e posteriormente participou da luta guerrilheira do sul do Pará, onde morreu a 30 de setembro de 1972.

Mais de 150 amigos e companheiros participaram da solenidade, ocasião em que foi inaugurada uma placa com os dizeres: "Ex-presidente do CASL, médico e patriota, morto em 1972, lutando contra a repressão, pela democracia, pela liberdade e pela justiça social".

Entre os presentes estavam suas irmãs Sônia e Tânia e sua prima Mariana. Falando em nome da família, Sônia disse que João Carlos "era uma pessoa especial, que pelo seu ideal pôs todo seu empenho e dedicou sua vida... Acredito", disse ela, "que todo seu trabalho e sua luta tiveram êxito".

Edson Silva, em nome da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, destacou que "o exemplo de João Carlos é motivo de orgulho para nós, comunistas, e para todos os brasileiros que lutam por uma sociedade nova. O movimento do Araguaia, feito heroico do povo na resistência ao regime militar, jus-

to do princípio ao fim, foi capaz de proporcionar homens como João Carlos, lutador pelo ideal da liberdade e de justiça social".

Coube ao médico Rudá Jorge, presidente do CASL na gestão anterior à de João Carlos, os momentos de maior emoção. Ele destacou com eloquência o guerrilheiro e sua luta: "Tua fé e vontade inquebrantáveis de ajudar aos outros certamente não te permitiram a alienação ao meio ambiente. Logo neste Centro Acadêmico, tua figura magra e alta foi conhecida, pois o brilho de tua inteligência, tua honestidade dos teus posicionamentos e tua inteligência impar, fizeram de ti um de nossos líderes".

"Saíste da faculdade e foste trabalhar na localidade de Porto Franco. Mas as forças do governo de nosso país não queriam homens como tu. Homens que pegassem a justiça e a igualdade e que tomassem a si a defesa dos menos afortunados, sofriam o tiro da metralhadora ou padeciam nos porões palacianos a dor de vis torturas. E também sobre ti este furacão desabou. Foste para o Araguaia e nunca mais voltaste... Sabias que a semente deve ser plantada para poder germinar. Podes ter certeza, caro Haas, que teu corpo sepulta no coração do Brasil, lá no meio da mata, já começa a produzir seus frutos".

Participaram da homenagem a OAB do Rio Grande do Sul, a UNE, UMES, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, União das Associações de Moradores, Associação Comunitária São Judas Tadeu, o deputado estadual Carlos Araújo, os vereadores André Foster e Jussara Cony, além de várias outras entidades e personalidades.

Latifúndio assassina sindicalista no Pará

Na quarta-feira, dia 4, foi assassinado, por três pistoleiros, Benedito Alves Bandeira (Benezinho), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé Açu, no Pará. Os criminosos fugiram num Fiat com placa de Marabá. Comenta-se que Benezinho estaria na mesma lista negra denunciada por Paulo Fontelles, no dia 7 de junho, na Assembleia Legislativa.

Tomé Açu é uma área de concentração de assalariados rurais, e atualmente, com o avanço do nível de consciência dos trabalhadores, o Sindicato estava patrocinando um grande número de questões trabalhistas. O crime demonstra o desespero dos latifundiários diante da crescente resistência dos trabalhadores à exploração e à violação de seus direitos.

Já no mês passado, o deputado estadual Paulo Fontelles — destacado advogado dos posseiros por muitos anos — havia denunciado um complô para assassinar-lo, juntamente com o procurador do Estado, dr. Benedito Monteir, o advogado João Carlos Batista, os presidentes dos Sindicatos Rurais de Vizeu e de São Domingos do Capim, e outras pessoas — provavelmente entre estas estava Benezinho.

O crime, segundo Fontelles, foi articulado por latifundiários e grilei-



Fontelles e a viúva de Gringo, morto em 1980

ros, e pelo prefeito de Paragominas, Evandro, do PDS. Da reunião para planejar a liquidação destas pessoas, participaram os latifundiários Josélio de Barros, Almino, Ariston e Inocêncio, quando foi decidida a contratação de pistoleiros.

A ação contra Fontelles só não teve prosseguimento porque uma pessoa que participou da reunião alertou seu irmão. Mesmo assim, agora a lei da força bruta abateu mais um combativo sindicalista. Veja na página 8 a carta da mãe do advogado João Batista, também ameaçado. (da sucursal)



A cerimônia de abertura da 36ª reunião da SBPC, no Anhembi.

PT: muita crítica e poucas idéias

Após dois adiamentos sucessivos, um devido às eleições para a Prefeitura de Santos e outro por exigência do Tribunal Eleitoral, foi ao ar, na última segunda-feira, 2 de julho, o programa do PT, em cadeia nacional de rádio e televisão. Dividido em cinco segmentos — muito bem montados tecnicamente —, o destaque principal ficou para o tema "O que é o PT", no qual se reitera a concepção basista e espontaneísta de partido político — particularmente através da entrevista com o presidente nacional desta organização, Lula. Ficou patente neste trecho o desdém dos petistas pela história política do povo brasileiro, dando a idéia de que pela primeira vez surge no cenário nacional um partido realmente sério, o PT.

SEM AUTOCRÍTICA

Com relação à situação política e econômica do país, o PT fez uma crítica contundente à falta de esforço de mobilização das diversas correntes oposicionistas depois da emenda Dante de Oliveira, deixando de lado a autocrítica no mesmo sentido que o PT deve a seus correligionários e ao povo em geral. Foi feita também uma longa denúncia da corrupção, especialmente do caso Coroa Brastel, pelo deputado federal Eduardo Suplicy.

Outro grande espaço foi para a análise dos 10 pontos do programa mínimo do PT, apresentado item por item, mostrando claramente para os espectadores a concepção economicista e reformista deste partido e uma certa



Cúpula do PT ainda acha que inaugurou a história política de nosso povo

Vários artistas e políticos fizeram declarações, como Fafá de Belém, que destacou a ausência de ambição pelo poder como um mérito do PT — ela argumentou que este é um partido de longo prazo. O professor e escritor Antônio Cândido, por sua vez, pintou o PT como uma organização das bases, sem o ranço ideológico de outras lideranças de esquerda. Ele não se preocupou com o fato de que a ideologia espontânea das bases, na sociedade capitalista, só pode ser a da classe dominante.

Confusão entre questões nacionais e problemas específicos. Ao lado disto, os petistas combataram em toda a linha a tese do candidato único das oposições, mostrando sua pretensão de marcharem sozinhos, dividindo mais uma vez a frente oposicionista. Por outro lado, não foi apresentada nenhuma alternativa concreta para superar o impasse político em que vive o país. De qualquer forma, foi positiva a reafirmação — embora teórica — da continuidade das mobilizações populares.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Abrir caminho para o povo

As forças de vanguarda devem procurar o caminho mais reto e mais rápido para dirigir o movimento operário rumo ao socialismo. "Mas - diz Lênin - basta dizer que não aceitamos senão um caminho, o caminho reto, que não admite manobras, acordos e compromissos, para que isto se torne um erro..." (grifos meus).

CEGUEIRA POLÍTICA

É de grande interesse para todos os lutadores pela liberdade relembrar esta orientação na situação política atual. Estamos assistindo a uma desesperada tentativa do regime para encontrar a fórmula de continuar oprimindo os brasileiros. Por outro lado, é notória a vacilação da oposição burguesa e o seu temor em abrir o mínimo de espaço para a participação do movimento popular na luta democrática.

Nesta conjuntura, que exige grande firmeza mas ao mesmo tempo muita flexibilidade, aparecem os porta-vozes da pequena burguesia radicalizada defendendo a "linha reta" como conduta adequada às forças populares. Exemplo disto é o pronunciamiento recente de certos líderes políticos que chegaram ao cúmulo de manifestar preferência por Maluf na Presidência a ter de lutar no Colégio Eleitoral por um opositorista.

É evidente que todo democrata consequente tem o dever de batalhar pelas diretas-já mas, transformar este caminho das diretas-já em um valor em si mesmo, acima do objetivo central de golpear o regime militar, é prova de absurda cegueira política. Ao converter uma tática própria para uma determinada conjuntura em princípio absoluto, em vez de procurar a forma para que os trabalhadores e o povo interfiram no curso do processo político, estes grupos sectários contribuem e para marginalizar as massas em relação à oposição e facilitar as coisas para que a burguesia liberal e mesmo conservadora fique com a hegemonia da frente democrática.

ALIJAR OS GENERAIS

O papel da vanguarda não é aferrar-se a uma única alternativa mas saber em cada momento, no tumultuado oceano da luta de classes, como criar as condições mais favoráveis ao avanço do proletariado. Assim e que será possível trilhar o caminho mais reto e mais rápido rumo ao socialismo.

Neste momento, em que o regime joga para ganhar tempo e em que evidentemente não existem condições concretas para uma saída insurrecional, não basta alegrar-se com o desgaste do governo em cada embate. Urge encontrar os meios para alijar de fato, o mais rápido possível, os generais do poder. E para, com a atividade energética das massas, conquistar os objetivos centrais até o momento representados pela campanha das diretas-já. Para isto, deve-se levar em conta não apenas os desejos e opiniões das correntes mais aguerridas e consequentes da sociedade, mas as condições e ideias de todos os partidos e grupos da oposição. E também a situação das forças governistas e de suas dissidências. Desta maneira, ao invés de ficar alijado do combate, reduzido ao papel de mero contestador verbal, o proletariado interfere na atividade prática das oposições.

AÇÃO DE MASSAS

Alguns se colocam a falsa alternativa: Ficar com os princípios ou adotar uma posição pragmática? A grande questão é apoiar-se nos princípios ou com afirmações abstratas, mas para transformá-los em ação concreta de massas. O pragmatismo, pelo contrário, é esquecer os princípios e agarrar-se a qualquer ganho imediato, mesmo que isto possa ir contra os objetivos maiores do proletariado. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Idéia infeliz

General é uma coisa complicada. Pois não é que depois de muito meditar sobre os comícios gigantescos, sobre a campanha das diretas-já, sobre as medidas de emergência, sobre a nojenta retirada de sua emenda do Congresso Nacional, o general Figueiredo concluiu que, para solucionar o imbróglio, a grande pedida é propor como seu sucessor nada mais, nada menos do que o general Váler Pires!

Segundo o raciocínio dos estrategistas do Planalto, este seria o nome capaz de unir o PDS e passar no Colégio Eleitoral. Quanto ao povo... bem, quanto ao povo os generais não têm nada a dizer.

O PDS rachou não por falta de um nome - muito menos por falta de um general - mas como reflexo do esfacelamento do modelo econômico imposto pelo golpe militar de 1964. A ampla oposição que se formou, e que inclusive ameaça fazer do Colégio Eleitoral mais uma fonte de derrotas do governo, é também consequência disto. A tal ponto que até amplos setores do PDS passaram a romper com o esquema oficial. E o povo, escolado por estes 20 anos de caos e opressão, também não vai tolerar mais um militar no poder. Basta de generais, chega de corrupção, de arbítrio e de entreguismo, é o grito unânime do povo em todo o Brasil.

Ao retirar sua emenda, dia 28, o general Figueiredo não só contrariou o povo, as oposições e até boa parte do PDS. Também avariou seriamente uma arma muito querida das classes que nos dominam, a chamada conciliação nacional. Convém analisar a questão sob um prisma amplo, para enxergar mais claro a crise política atual e seu desdobramento futuro.

Conciliação, entendimento, negociação, diálogo, trégua, consenso, união nacional são nomes distintos para um mesmo esquema usado desde que o Brasil é Brasil, sobretudo em horas de crise. Seu conteúdo é acomodador os conflitos que possa haver entre os exploradores, para não criar brechas capazes de conduzir os explorados a uma saída revolucionária.

Um pioneiro nesse uso foi dom João VI, rei de Portugal, que de bobo só tinha a aparência e em 1821 já dizia a seu filho e herdeiro: "Pedro, se algum dia o Brasil tiver que se libertar, antes seja para ti que para um desses aventureiros". Dito e feito: a Independência teve como patrono um rematado conciliador, José Bonifácio de Andrada; os "aventureiros" do tipo Tiradentes e Frei Caneca foram passados para trás; o poder ficou com o príncipe português; os grandes problemas não foram enfrentados; e até há menos de cem anos atrás amargávamos a sina de única monarquia e único país escravocrata das Américas.

"Façamos a revolução, antes que o povo a faça!"

Com essa herança, nasceu e criou-se a burguesia brasileira, que nunca fez algo parecido com uma revolução, mesmo burguesa, como a norte-americana de 1775-1783 ou a mexicana de 1910-1917. Espremidos entre pressões vindas de baixo, das massas trabalhadoras, e de cima, das polícias e empresas imperialistas, nossos burgueses às vezes se inclinam mais para as reformas e às vezes para a capitulação, mas via de regra optam pelo caminho da conciliação das forças em disputa.

Uma expressão de tal conduta é a esperta frase do governador mineiro Antônio Carlos, às vésperas da derrubada da República Velha: "Façamos a revolução, antes que o povo a faça!". Com efeito a chamada Revolução de 1930 teve muito disso. Tomou certas medidas modernizadoras, contudo de fôlego limitado; após a reação paulista de 1932, cedeu lugar a um reconhecimento entre as elites vencedoras e as vencidas.

Getúlio Vargas, até hoje o grande modelo da conciliação, elevou a um novo nível essa sofisticada arte burguesa de fazer política com panos quentes. É verdade que ele se pôs à frente da sublevação armada de 1930 e, ao suicidar-se em 1954, deixou como testamento um libelo contra as "forças ocultas" imperialistas. São exemplos de que mesmo os conciliadores nem sempre têm como conciliar. Porém o traço marcante do getulismo é a contemporização, como na reestruturação partidária de 1945, em que ele estimulou simultaneamente a formação de dois partidos - o PSD, conservador e patronal, e o PTB, reformista.

Na esteira de Vargas vieram Juscelino, Jango e outros. Conciliar virou prática dominante e até obrigatória nos círculos políticos institucionais. Mesmo o Partido Comunista do Brasil, após 1956, foi atacado pelo vírus burguês do acomodamento e cindiu-se. Os militantes fiéis à sua tradição revolucionária reorganizaram o PC do B, em 1962. E os adeptos da guinada para a direita formaram o PCB, que até hoje funciona como um tumor de conciliação dentro dos movimentos populares.

"Prefiro fazer uma injustiça a permitir uma desordem"

Mas nem só de conciliações e conciliadores é feita a política brasileira. Nela atuam classes sociais distintas, com interesses contraditórios, muitas vezes inconciliáveis. Em confronto com as classes dominantes existem as grandes massas do povo, que buscam o caminho da emancipação nacional e social através de transformações profundas, de conteúdo antiimperialista, anti-monopolista e antifundadorista. Daí os frequentes golpes de força das elites dominantes.

O país viveu a metade dos 84 anos deste século sob regimes ditatoriais ou medidas de exceção. E se o político tradicional identifica-se via de regra com a conciliação, o uso da força vincula-se ao papel das Forças Armadas, principalmente o Exército, cujo patrono, o duque de Caxias, dizia: "Prefiro cometer uma injustiça a permitir uma desor-

Dom João VI, que não era nada bobo e aconselhou seu filho a passar a perna nos "aventureiros"; Getúlio Vargas (ao centro, na caricatura de J. Carlos, em 1937), que foi o maior modelo da conciliação mas constatou que nem sempre os conciliadores têm como conciliar; Figueiredo, o general que mais fala em entendimento, porém pratica a violência



dem". A pretexto de barrar a "desordem", os militares deram os golpes de 1937, 45, 54, 55, 61. Eram, contudo, ações de alcance limitado, em geral complementadas com os acomodamentos entre as elites dominantes.

Em 1964 encerrou-se o ciclo da acomodação bem-sucedida

Essa política foi usada enquanto deu. Até que o agravamento das contradições objetivas da sociedade brasileira criou uma situação em que as soluções de contemporização não resolviam. Os problemas eram demasiadamente profundos e o movimento popular, apesar das ilusões reformistas da época, começava a encará-los de frente. Veio então o golpe militar de 1964, com um caráter bem diferente dos anteriores, para pior.

Em 1964, os generais vieram para ficar. Transformaram o poder poli-

tico em monopólio das Forças Armadas. Instauraram o seu regime, o mais antinacional, antipovo, despótico e corrupto que o país já viu. Trataram, durante 20 anos, de impor pela força a sua saída reacionária e enganosa para os problemas nacionais. Com isso, a cena política polarizou-se fortemente - de um lado os generais no poder, de outro o resto da nação. E a velha prática conciliadora deixou de dar certo.

Conciliar, depois de 1964, passou a ser conciliar com o regime dos militares. E os anos foram mostrando que, além de ingloria, essa é uma tarefa infrutífera - por estar em desacordo com o quadro real do país, dividido em dois blocos de forças com interesses objetivos opostos.

O povo nunca aceitou a ditadura e moveu contra ela uma resistência tenaz, que aumentou até desembocar nos recentes comícios pelas diretas-já. Por seu lado os generais,

arrogantes, acostumados a mandar, jamais cogitaram de algum entendimento em que façam concessões reais. E o próprio modelo econômico-social entreguista, extremamente rígido, não permite composições satisfatórias sequer para o conjunto das classes dominantes. Assim, pode-se dizer que em 1º de abril de 1964 encerrou-se o ciclo histórico da conciliação bem-sucedida.

A primeira prova disso apareceu momentos depois do golpe: um grupo de políticos, representando o Congresso Nacional, foi aos membros do "Comando Revolucionário" e ofereceu-lhes os ministérios militares num "governo de composição". O "Comando" respondeu: curto e grosso, que "a Revolução é quem legitimará o Congresso, não o contrário".

Seguiu-se uma enorme lista de tentativas de diálogo, negociação, entendimento, todas frustradas. Os representantes das classes dominantes insistiram e insistem até hoje nessa busca, porque ela faz parte do seu projeto básico - de impedir uma saída popular para a crise brasileira. Porém eles mesmos reconhecem que a vida tem sido ingrata para com seus intentos.

Em meados dos anos 70, já com o regime dando sinais de fraqueza; os próprios militares puseram maior empenho em retomar, à sua moda, a prática da conciliação nacional. Governava na época o general Ernesto Geisel, que lançou a linha da *distensão*. O cérebro da manobra era o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil. O executor principal era Petrólio Portella, habilíssimo político piauiense, que saiu em romaria pelos gabinetes do país afóra, na famosa "missão Portella". Petrólio morreu em 1980.

Chegamos assim à gestão Figueiredo, em que a crise do regime veio a furo e empestia o país com seu mau cheiro. Figueiredo é o general-presidente que mais fala em diálogo, mão estendida, coisas assim. Mas para cada iniciativa nessa direção toma outras no sentido contrário.

O caso mais flagrante foi o do PP. Surgido da reforma partidária de 1979, esse partido se propunha a cumprir uma missão altamente benéfica para o Planalto: servir de amortecedor entre oposição e governo. Com posições fortes, sobretudo em Minas Gerais, o PP marchava para uma boa votação em 1982 quando, 12 meses antes, tropeçou num tristemente célebre *pacote eleitoral*. Atendendo a interesses miúdos do PDS, Figueiredo impediu as coligações partidárias, tirando toda chance dos pevistas. O resultado foi a incorporação do PP ao PMDB, um gesto que, independente das inclinações de seus autores, teve o significado de uma contestação frontal ao regime militar. A eleição teve conteúdo plebiscitário, com os votos polarizados entre governo e oposição e a vitória deste.

Na sucessão de Figueiredo há confronto e não consenso

Na questão sucessória, que se tornou a expressão concentrada da crise do regime, as teses conciliadoras deram menos certo ainda. E mais uma vez não foi por falta de esforço. Quem não se lembra da proposta do "mandato-tampão"? E da comentada "candidatura de consenso"? Por meses a fio, oposicionistas do primeiro escalão trabalharam duro em favor dessas alternativas de apaziguamento entre governo e oposição.

Do lado governista, vale lembrarmos as palavras de Figueiredo em abril ao enviar ao Congresso Nacional a emenda depois retirada. "A iniciativa que tomei hoje", dizia o general, "representa um convite à negociação. Pela negociação e o compromisso abriremos caminho para a solução dos problemas que inquietam o mundo político e afligem a sociedade."

Os acontecimentos, contudo, tomaram rumo bem diverso. Não houve diálogo nem consenso, nem sequer dentro do partido governista.

Com a retirada da emenda Figueiredo, forçada por uma cisão do PDS que poderia dar vitória às diretas-já, a luta pela sucessão começou a afunilar-se. A forma de escolha do sucessor de Figueiredo ainda não está definitivamente fixada. Porém já se sabe que será uma sucessão não de consenso e sim de enfrentamento: de um lado as forças do continuísmo, em que vai se firmando a hegemonia do odiado Paulo Salim Maluf; do outro, as hostes das oposições, tendo a seu lado a esmagadora maioria do povo e um número considerável de dissidentes do PDS. (B. Joffily)

Universidades autárquicas em greve há mais de 50 dias

Há quase dois meses, os professores e servidores das universidades federais autárquicas, junto com os médicos-residentes, mantêm uma das mais longas greves da nossa história. O governo que se recusa a dialogar com os grevistas lançou um malfadado projeto de lei de equiparação salarial que prejudicou muito os servidores das fundações, os quais agora ameaçam também ir à greve.

O governo enviou, dia 2 de julho, um projeto de lei equiparando os salários dos professores das autárquicas com os das fundações. O projeto, além de não atender às reivindicações, gerou mais protestos porque prejudica os funcionários das fundações, os quais poderão engrossar logo a greve dos funcionários autárquicos. Maria José Ribeiro, presidente da Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior (Andes), explica que este projeto "prejudica de forma substancial as fundações, que terão congelamento de salário e perderão o reajuste semestral". Vânia Galvão, presidente da Federação dos Servidores (Fasubra), é enfática a esse respeito: "Foi uma jogada suja do ministro Delfim Netto, e a nossa resposta é a disposição de continuar a greve".

PERDA DE 233%
São 35 mil docentes, cerca de 60 mil servidores das universidades autárquicas e 8 mil médicos-residentes parados em todo o país, tendo como principais reivindicações a complementação salarial e a defesa da universidade pública. Eles exigem a reposição de 64,8% no seu reajuste a partir de janeiro deste ano. É uma das categorias que mais sofreu com o arrocho. Para voltar a ganhar o equivalente ao que recebiam em



Os grevistas do Hospital São Paulo: suas reivindicações não agradam à ministra Ester Ferraz

março de 1979, os servidores deveriam ter um reajuste de 233%. Os médicos-residentes, que há dois anos percebiam o equivalente a quatro salários-mínimos, caíram hoje para um nível de 2,1 salários-mínimos.

Este quadro crítico de falta de verbas ameaça inviabilizar a universidade pública. O Brasil ocupa no mundo o lastimável 80º lugar no investimento público para a Educação. Isto implica o fechamento de inúmeros hospitais-escolas. O último a fechar foi o Hospital das Clínicas da UFMG, em Belo Horizonte, deixando de atender mil pacientes. Segundo Cid Veloso, diretor do Hospital, o Ministério da Educação liberou Cr\$ 180 milhões para as despesas de custeio durante 1984, sendo que, apenas para pagar seus 1.232 funcionários, gastam-se mensalmente Cr\$ 270 milhões.

Maria José Ribeiro diz que a greve irá continuar até que uma solução seja apontada para a crise na universidade.

Servidores públicos param em 8 Estados

Os funcionários públicos federais também estão em greve em oito Estados do país, reivindicando reposição salarial de 64,8%, retroativa a janeiro de 1984, e 100% do INPC a partir de julho de 1984; reajuste semestral e direito à sindicalização; 13º salário para o servidor estatutário, e piso salarial de três salários-mínimos.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a paralisar e avançou um pouco mais na luta, decidindo-se pela "greve preta", isto é, fora da reparação. Começaram as ameaças de repressão, por isso os servidores optaram pela greve total. A adesão ao movimento na Previdência Social é de quase 100%. Em Goiás, a greve dos

servidores da Previdência causou um verdadeiro colapso em todo o atendimento médico de Goiânia, Araguaína, Jataí e Ceres. O movimento paralisou totalmente o atendimento médico nas áreas do Inamps, Iapás e INPS.

Para forçar a abertura das unidades do Iapás, o superintendente interino do órgão, Durval Costa, chamou a polícia, reprimindo os manifestantes que fizeram piquetes nas unidades existentes em Goiânia. No entanto isto não quebrou o ânimo dos grevistas. Um servidor questionou: "É um esforço inútil manter estas unidades com as portas abertas. Quem atenderá os clientes? Os chefes que estão em suas salas refrigeradas?" (das sucursais)

Químicos de Suzano unidos na Chapa 1

Dias 16 e 17 próximos, os químicos e farmacêuticos de Suzano e região vão às urnas, eleger nova diretoria para seu Sindicato. A Chapa 1 — União e Luta — representa as ideias mais avançadas, e é a favorita. Geraldo Pereira Filho, candidato a presidente, afirma que "o Sindicato é o mais atuante da região e destaca-se também entre os sindicatos congêneres do Estado de São Paulo".

A categoria reúne 5 mil trabalhadores. A maior empresa é a multinacional alemã Hoechst, com 1.500 funcionários. Os operários enfrentam toda sorte de problemas, a começar da fereira ditadura dos patrões nas fábricas. Na Hoechst, a perseguição é comandada, muitas vezes, por engenheiros e contra-mestres estrangeiros. Obrigam ao cumprimento de horas extras, exigem um ritmo de produção desumano, punem sem qualquer motivo. O próprio Geraldo, da Chapa 1, foi afastado dessa empresa por denunciar corte de pagamento de insalubridade e repressão interna. Um antigo dirigente foi despedido por socorrer e procurar auxílio médico para um companheiro ferido em acidente de trabalho.

A insalubridade e periculosidade grassam na maior parte das empresas. Na Produquímica, tanques de produtos químicos permanecem abertos em áreas de circulação de pessoal. Já houve ferimentos e até mortes, mas nenhuma providência foi tomada. A Cobex utiliza caminhões para transportar os operários até a capital. O Ministério do Trabalho nada faz para a melhoria das condições.

TRAJETÓRIA DE LUTAS

Fundado em 1958, o Sindicato percorreu uma trajetória de lutas e vitórias até 1964, quando houve intervenção. Foi, por exemplo, o primeiro a conquistar adicional de insalubridade no Estado — na Hoechst, através de greve em 1959. As grandes batalhas reiniciaram-se em 1979, com nova greve na Hoechst. Nos últimos anos vêm se formando no interior das fábricas lideranças representativas.

A Chapa 1 é composta em sua maior parte por essas lideranças. E o caso de Geraldo, respeitado e



Geraldo, da chapa União e Luta

conhecido em quase todas as empresas. Reúne também antigos dirigentes sindicais com experiência e conhecimento profundos dos problemas da categoria. Um deles é José Guedes da Silva, atual presidente. A Chapa 1 defende claramente, além de uma bem elaborada pauta de reivindicações específicas, o desmantelamento do regime militar e o progresso político, econômico e social do país. "A restauração da democracia tem que vir pelas mãos do povo — ou vamos esperá-la de quem?", questiona José Guedes.

A Chapa 1 pronuncia-se ainda pela urgente reificação do movimento sindical. Guedes acredita na criação de uma intersindical unitária na região, puxada pelos químicos de Suzano. Geraldo concorda e arremata: "Nosso programa é claro. Só deve haver uma central sindical. A divisão e o esfacelamento são propostas da burguesia. O nosso Sindicato vai jogar todo o seu peso na busca da unidade".

DIVISIONISMO

A outra chapa que concorre ao Sindicato, encabeçada por Francisco Nunes, tem se caracterizado pelo divisionismo em sua atuação junto aos companheiros da categoria. Nos panfletos dessa chapa, há poucas críticas ao governo e aos patrões. "Em compensação, eles descem a lenha no Sindicato", denunciam os químicos de Suzano. (Antônio Martins)

Ganância causa desastre aéreo em Macaé

O acidente com o avião Bandeirantes da TAM — Transportes Aéreos Regionais —, dia 28, em Macaé, norte fluminense, que vitimou 18 pessoas, foi fruto da "ânsia do lucro fácil, irresponsabilidade na manutenção dos equipamentos, criminosa ausência de fiscalização das condições de trabalho". Quem faz esta séria acusação são vários sindicatos do Rio de Janeiro — entre eles os dos Jornalistas e dos Aeronautas — em um documento lançado após o enterro dos

dois tripulantes, dos 14 jornalistas e dos dois funcionários da Petrobrás mortos no desastre.

A denúncia é um libelo acusatório contra o Ministério da Aeronáutica, o Ministério do Trabalho e os patrões, e mostra as péssimas condições de trabalho nas categorias das vítimas do acidente. "Aeronautas, com efeito", diz o documento, "são obrigados a operar com equipamentos sem manutenção, engenheiros e técnicos da Petrobrás arrostam todo

o tipo de sacrifício para, pressionados por sua direção (e as metas de desempenho imposta por interesses políticos), arrancar do alto mar, rapidamente, o petróleo que vai fazer falta ao país depois de 1986; tensos e desgastados por exaustivas jornadas de trabalho, jornalistas e radialistas — e, pelas mesmas razões, os motoristas dos carros de reportagem — são submetidos a um regime de trabalho que pode levar à invalidez e à morte". O avião da TAM, que dei-

xou o aeroporto do Galeão com destino a Macaé, levava uma equipe de 18 jornalistas e dois técnicos que iriam fazer uma cobertura numa plataforma submarina da Petrobrás, na baía de Campos, a pedido da estatal do petróleo. José Lavorato, presidente do Sindicato dos Aeronautas, acusou a empresa aérea TAM de obrigar os mecânicos a liberarem as aeronaves sem uma completa revisão e que os pilotos são obrigados a aceitarem estas condições sob pressão.

BANDEIRANTES, REIDA QUEDA

O Sindicato dos Aeronautas também acusa o Ministério da Aeronáutica, porque a Cipaer — órgão competente para apurar acidentes e subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica — não permite que os órgãos de classe dos aeroviários e aeronautas participem das investigações dos acidentes com os aviões fabricados pela Embraer, principalmente o Bandeirantes, um dos campeões do índice de queda. Isto ocorre, segundo Lavorato, por ser o avião Bandeirantes o carro-chefe das exportações da Embraer, que não admite as falhas já denunciadas. (da sucursal)



Destruição do avião: "Aeronautas são obrigados a operar com equipamentos sem manutenção"

Comunidade universitária sergipana vota seu reitor

A comunidade universitária sergipana desencadeou um rico processo de mobilização para eleger "diretamente" o futuro reitor da Universidade Federal do Sergipe (UFS). Com 80% de participação, a comunidade escolheu os seis nomes que, no dia 29 de junho, foram integralmente referendados pelo Conselho Superior da UFS. O processo teve início em 1983, na 1ª Assembleia Geral Universitária convocada pelo Diretório Central dos Estudantes. Este ano outras três assembleias foram realizadas, nas quais foi discutido o processo de escolha dos nomes para a lista sêxtupla de reitor. "O ideal seria escolher um único nome, mas o

MEC impõe uma lista sêxtupla", explica Eivaldo Nogueira, presidente do DCE.

Foram 14 os candidatos para reitor inscritos. Seis deles formaram a chapa "Reconstrução", em torno de um único programa que abarcava desde a luta pela democracia na Universidade até questões referentes ao ensino público e gratuito.

Cabe ressaltar a esplêndida votação que recebeu o ex-reitor Aloisio de Campos, que desenvolveu brilhante trabalho à frente da reitoria quando ocupou o cargo anteriormente. (núcleo de apoio à TO no campus da UFS)

Vitória parcial da greve das costureiras em Goiás

Após três dias de greve, cerca de 800 costureiras de Goiânia retornaram ao trabalho no dia 1º de julho. As trabalhadoras reivindicavam abono salarial de 30% e estabilidade no emprego. O acordo assinado pelo Sindicato com os patrões, no entanto, prevê um abono de 22,6%, sendo que as iniciantes de auxiliar de costureira não terão nenhum reajuste. Em represália à greve, os donos das confecções demitiram mais de 20 operárias, e não pagaram os dias parados.

Nos seus piquetes, as grevistas cantavam: "Olé, mulher reidista, olé, mulher rendá. As costureiras estão botando pra quebrar". Na opinião de uma funcionária da Lolita Confecções, "com o movimento nós mostramos nossa força enquanto categoria. Acho que conquistaríamos nossas reivindicações. Mas acho que houve manipulação por parte do Sindicato, para que as costureiras aceitassem esse acordo e voltassem ao trabalho".

Chapa divisionista apela na eleição metalúrgica

Após encerrarmos esta edição, os 47.848 operários com direito a voto elegiam a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Demonstrando desespero e utilizando-se de métodos sujos, a Chapa 2 lançou no dia 2 um boletim falso na empresa Matarazzo, na Zona Leste da capital. As 8 horas, um apoiador da chapa divisionista entregou o folheto à chefia da fábrica, mandando distribuí-lo com urgência. Com o símbolo da

Chapa 1, o panfleto apócrifo tentava confundir os sócios, pedindo que riscassem a cédula, o que anulava o voto. A Chapa 1 estava vigilante e descobriu a jogada, pegando o folheto.

Proseguindo com seus métodos fascistas, a chapa divisionista também voltou a usar das agressões físicas em frente ao Sindicato e nas fábricas. Vários dos seus apoiadores foram flagrados com pedaços de pau, facões e revólveres.

Artistas querem retomar seu Sindicato

Os artistas e técnicos do Rio de Janeiro estão entrando com um mandato de segurança contra o Ministério do Trabalho, com aproximadamente mil assinaturas, na tentativa de retomar seu Sindicato, sob intervenção desde 11 de junho. O Sindicato estava vivendo intenso processo eleitoral, tumultuado pelo Ministério do Trabalho, que aceitou como verdadeiros ar-

gumentos não comprovados da sra. Maria Tereza Barroso sobre irregularidades na convocação das eleições.

Dona Maria Tereza não conseguiu formar uma chapa de oposição ao Sindicato no prazo regular, por isso apelou para o Ministério, que anulou o processo eleitoral e obrigou a diretoria a convocar novas eleições. A norma-

libidade, nesses casos, é a prorrogação do mandato. Surpreendentemente, a Delegacia do Trabalho decretou intervenção na entidade. Para o presidente do Sindicato, Luiz Alberto Sanz, "o processo eleitoral é apenas uma deslavada desculpa para a intervenção. O SATED representa uma categoria com grande peso político e social, e vem participando ativa-

mente das lutas do povo brasileiro pelas transformações políticas, econômicas e sociais; pelas eleições diretas; pela autonomia do movimento sindical e popular; em suma, pelo fim deste regime que nos oprime há 20 anos". O Ministério do Trabalho também impugnou 40 nomes inscritos para as eleições sindicais. (Iara Cruz, da sucursal)

Trabalhadores rurais vão fazer caravana em Goiás

Cerca de 400 trabalhadores participaram do encontro de lideranças de trabalhadores rurais do sudoeste goiano no final de junho, em Mineiros. Foi discutida a luta pela reforma agrária em Goiás, e aprovada a ida de uma caravana de trabalhadores a Goiânia e Brasília. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, Jataí e Mineiros e o deputado federal Aldo Arantes, do PMDB, participaram do encontro.

"O trabalhador rural não está calado, não está de cabeça baixa. Ele sabe que tem direitos e luta por eles. E o principal é a luta pela reforma agrária",

afirmou com segurança um trabalhador sem terra de Mineiros. A Fetaeg, os sindicatos e os trabalhadores rurais pretendem que a caravana que realizarão tenha uma audiência com o governador Iris Rezende, para reivindicar a realização imediata de ações para dar terra aos que não a possuem, mas nela trabalham.

CONCENTRAÇÃO EM BRASÍLIA

Em Brasília, a caravana fará uma concentração diante do Congresso Nacional, para sensibilizar a opinião pública e os parlamentares para a luta que travam pela terra. Os trabalhadores pretendem ainda entrevis-

tarem-se com o ministro Danilo Venturini, para exigir a desapropriação das glebas onde ocorrem conflitos entre posseiros e grileiros.

O deputado federal Aldo Arantes, coordenador do Bloco Popular do PMDB goiano, prestou total apoio às reivindicações e decisões dos participantes do encontro. E comprometeu-se a articular, no Congresso Nacional, uma comissão de parlamentares para prestar apoio político e material para a caravana.

O representante da **Tribuna Operária** em Goiás também interveio no encontro, sendo bastante aplaudido. (da sucursal de Goiânia).



Assalariados da cana obtêm vitórias expressivas com os movimentos grevistas

Canavieiros de Goianésia conquistam vitória com greve

Após uma vigorosa greve, os trabalhadores de cana do município de Goianésia conquistaram melhorias salariais e ainda - fato inédito em Goiás - estabilidade no emprego para o delegado sindical e a criação de delegacias sindicais nas usinas da região. Vitoriosos, os canavieiros retornaram ao trabalho com a cabeça erguida.

Os dois mil trabalhadores decidiram voltar ao trabalho em assembleia realizada no dia 2. Um dia antes, os canavieiros haviam deflagrado greve por melhores condições de trabalho. A Cooperativa dos Produtores de Cana de Goianésia e a Destiladora Monteiro de Barros ficaram totalmente paralisadas.

Os usineiros tiveram de atender às reivindicações dos rurais. A cana mais barata, sapé, será cortada em cinco linhas ao preço de Cr\$ 55,00, enquanto a cana mais forte e fechada passará para Cr\$ 170,00. Além disso, foi conquistada a estabilidade do delegado sindical e aprovada a criação de delegacias sindicais

nas usinas de Goianésia, fatos inusitados no movimento sindical goiano.

DEMISSÕES NO SUDOESTE
A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás, Fetaeg, está advertindo os usineiros do sudoeste goiano de que a qualquer momento poderá ser deflagrada nova greve em Acrena, Jandaia e Indiará. Os trabalhadores exigem a fim das demissões em massa promovidas pelos patrões. Mais de 100 assalariados foram despedidos em Jandaia, 60 em Indiará e 70 em Acrena, por terem participado da greve que paralisou diversas usinas durante uma semana.

Cinicamente, o porta-voz dos patrões, Jefferson Bueno, presidente da Associação, afirma que "não há demissão, o que está acontecendo é uma suspensão temporária de sorte de cana face às normais paralisações de uma usina para se adaptar no início da safra".

Amparo Sesil do Carmo, presidente da Fetaeg, advertiu que uma nova greve dos trabalhadores "poderá ser violenta, porque os patrões, ao despedirem os assalariados, também os insultam. Dizem para eles procurarem emprego no Sindicato. Estão querendo jogar os trabalhadores contra as suas entidades".



Amparo Sesil: "Os patrões insultam os assalariados"

Maranhão na luta pela reforma agrária

Nesta sexta-feira, dia 6, será lançada a Campanha Nacional pela Reforma Agrária no Maranhão. Na passeata e ato público em São Luís, aguarda-se a presença de 8 mil assalariados agrícolas e várias caravanas do interior. A campanha foi deflagrada pela Fetaema (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão), que convidou para participar da coordenação da mobilização várias entidades, como a Conclat, CUT, CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Em recente pronunciamento na Assembleia Legislativa, o deputado Luiz Pedro, do Bloco Popular do PMDB, apontou a relevância da campanha pela reforma agrária no Estado, cuja base de produção está assentada no campo.

Segundo o parlamentar, "nos últimos 20 anos o Maranhão subiu na escala de pobreza, passando do sexto para o primeiro Estado mais pobre do país. Passou do Estado que recebia migrantes para se transformar em exportador de mão-de-obra por não oferecer oportunidade de trabalho". Este quadro tem ligação direta com a situação do campo, explica o deputado:

"Segundo dados do censo agropecuário de 1980, do IBGE, os estabelecimentos de 0 a 100 hectares representavam 98,7% das fazendas e posses existentes, mas apenas 17,6% da área. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares não passavam de 0,45% das fazendas e posses,

mas detinham 44,8% de toda a área. Estimava-se naquele ano em 241 mil o número de famílias sem terra, o que equivale a cerca de um milhão de pessoas ou a um quarto da população do Estado. Ao lado disso, havia 7 milhões e 120 mil hectares de terra sem ocupação, sendo que somente nas grandes propriedades havia mais de 1,5 milhão de terras improdutivas."

"Reflexo dessa brutal concentração e da continuada expropriação são os conflitos de terra e a violência desenfreada contra os lavradores. O Maranhão é também o campeão de conflitos de terra, com 461 ocorrências de 1979 a 1983. Neste período, houve 56 mortes de lavradores por questões de terra". (da sucursal)



Família de lavrador expulsa da terra, na Bahia: um retrato da crise na zona rural

Lavradores preparam Congresso Nacional

No meio das idas e vindas da crise sucessória e da consequente confusão em que foi mergulhada a vida nacional, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) convoca seu IV Congresso Nacional para maio de 1985. Envolvendo mais de 2.500 sindicatos, 20 federações, uma confederação e milhões de trabalhadores rurais, este encontro será inegavelmente um importante acontecimento político-sindical.

O último Congresso do movimento sindical rural ocorreu em 1979. De lá para cá, "muita água rolou por debaixo da ponte". Vivemos hoje um momento político bem diferente daquele em que foi realizado o III Congresso da Contag. Pioraram sensivelmente as condições de vida e trabalho do povo. O regime militar, que nos infelicitou há 20 anos, está cada vez mais isolado, com seu suporte político — o PDS — se esfacelando.

O movimento sindical está mais ativo e presente nas lutas do conjunto da sociedade e mais seguro e reivindicativo na defesa das categorias que representa. A sociedade brasileira vem constituindo, a duras penas, uma ampla frente contra o regime militar. Avança para derrotá-lo e conquistar amplas liberdades políticas. A memorável campanha pelas diretas-já é o mais recente exemplo disto.

As questões de natureza política

O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais deverá jogar importante papel político-sindical na vida nacional. A medida que debater e decidir sobre candentes questões de natureza política e reivindicatória, poderá trazer a contribuição do movimento sindical camponês e de assalariados agrícolas para a solução dos graves problemas da nação.

Diante do quadro político atual, uma saída para a crise, que contemple o elenco de reivindicações do movimento sindical e popular, está diretamente vinculada à atividade política exercida por este segmento social. O nosso movimento sindical avançou bastante. Tem colocado como resolução de seus encontros bandeira da luta pelo fim do regime militar e por amplas liberdades. Participou, em certa medida, da campanha civil pelas diretas-já. Porém ainda está aquém das necessidades de uma participação realmente condizente com a sua importância e peso.

A vida tem colocado na ordem do dia para o movimento popular a necessidade de se criarem instrumentos políticos independentes, como condição essencial para que não seja mero apoiador e suporte da ação da oposição burguesa. A criação de uma frente de cunho popular, baseada no movimento sindical urbano e rural e nos demais setores populares organiza-

Positionaram-se em defesa da reunificação na luta e para a luta do movimento sindical. A Contag e os STRS têm defendido esta posição.

O IV Congresso, ao preservar esta posição e propor medidas práticas que viabilizem a reunificação, estará jogando destacado papel na vida intersindical do país.

A situação do campo brasileiro é de crise crônica. Concentração fundiária, baixa produtividade, produção para a exportação, péssimas condições de trabalho são exemplos vivos que perduram no tempo e sobrevivem às mais variadas formas de governo das classes dominantes. Com a aceleração brutal da penetração do capitalismo no campo, estas chagas estruturais se acentuaram. Destaca-se a desigualdade, seja do ponto de vista geográfico (as realidades rurais do sul-sudeste, nordeste, norte), seja do ponto de vista das relações de produção (moderna produção capitalista convivendo com formas atrasadas de produção).

Mudanças drásticas na estrutura rural

Tudo isto está a exigir mudanças drásticas e profundas na estrutura de posse e uso da terra, bem como nas relações de trabalho. São necessários estudos e debates intensos para a luz de uma compreensão aprofundada de nossa realidade agrícola e estabelecer bandeiras reivindicatórias, planos e metas atualizadas com a nossa situação, capazes de mobilizar e pôr em luta milhões de camponeses e assalariados rurais.

O III Congresso trouxe nas suas resoluções um elenco de reivindicações que materializam as aspirações e esperanças dos trabalhadores agrícolas, que têm na reforma agrária sua exigência central. Também se torna necessário um estudo acerca de algumas questões vitais para a continuidade da luta, tais como:

- a) reforma agrária: sua importância, seu significado, as forças sociais interessadas na sua realização, etc.
- b) pequena propriedade: seu conceito e o papel que joga no campo hoje;
- c) assalariados agrícolas: seu papel social, suas aspirações e bandeiras de luta, suas batalhas imediatas;
- d) penetração do capitalismo no campo: suas consequências e perspectivas.

Voltaremos a tratar deste tema. Apesar do prazo de um ano, já é urgente, em cada Estado, tomarem-se as iniciativas concretas para a preparação do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais. E acompanhar passo a passo a evolução das discussões e encontros locais, buscando garantir o sucesso da plenária nacional, em maio de 1985.

PONTO DE VISTA SINDICAL

R. Freitas



dos (partidos políticos populares, associações de moradores, de mulheres etc.), é uma necessidade e um desafio do momento. A existência deste instrumento refletirá um avançado grau de maturidade política e organizativa do nosso movimento popular e será uma garantia de que suas reivindicações serão realmente atendidas. O movimento sindical dos trabalhadores rurais dará decisiva contribuição ao avanço da luta do povo se no seu IV Congresso apreciar essa questão, incluí-la como uma de suas decisões e efetivar medidas concretas para sua realização.

Unir trabalhadores da cidade e campo

Este avanço não se dá sem problemas. O mais grave deles é o surto divisionista que se materializou na realização do Conclat de São Bernardo, em 1983, e na tentativa de estruturar uma central sindical partidária — a autodenominada CUT. Os setores mais consequentes do movimento sindical denunciaram esta prática divisionista. Apontaram que a única solução que contempla os interesses dos sindicatos brasileiros é a da ação unitária.

Operários da Banylsa prepararam-se para greve

Diante do fato de os patrões não estarem cumprindo o acordo firmado no dia 8 de maio deste ano com o Sindicato de Fiação e Tecelagem das cidades de Salvador, Simões Filho e Camaçari, os operários da Banylsa Tecelagem do Brasil S/A, reunidos no Sindicato, decidiram realizar uma assembleia na porta da fábrica, que poderá resultar numa greve. Por isso, considerando a questão de segurança, a assembleia não teve data definida. Sabe-se apenas que ocorrerá nos próximos dias.



A revolta dos 350 operários da Banylsa é grande. Isto se deve ao fato de os patrões não terem depositado o FGTS, que há 24 meses está atrasado. Dos cinco itens constantes do acordo firmado no dia 8 de maio, que inclusive teve o testemunho do Delegado Regional do Trabalho, nenhum está sendo cumprido e o prazo para o depósito esgotou-se no dia 31 de maio e nada aconteceu; o pagamento dos salários dos operários está sendo feito após a jornada de trabalho; o quadro de avisos do Sindicato ainda não foi instalado e os dirigentes sindicais estão impedidos de distribuir boletins ou fazer sindicalização na fábrica. Além disso, a empresa não forneceu os dados sobre a morte do operário José Marcelino.

Finalmente, no dia 18 de junho, o Sindicato tomou conhecimento do conteúdo do laudo cadavérico emitido pelo médico legista Celso Cotrim Coelho, determinando morte por intoxicação exógena. Conforme disse o tesou-

reiro do Sindicato, Braz Gonçalves, "apesar da tentativa dos patrões da Banylsa de confundir os peritos encaminhando o cadáver de José Marcelino como sendo de 'morte natural' e da falta de substâncias indispensáveis para a realização de exames toxicológicos no Laboratório Central de Polícia Técnica, por falta de liberação de verbas pela SSP para aquisição das mesmas, os peritos chegaram à conclusão de que os sinais encontrados na necropsia evidenciam a exposição do funcionário a produtos altamente tóxicos, o que acabou por matá-lo".

De acordo com as informações constantes do laudo, a morte de Marcelino poderia ter sido evitada, bastando para isso que lhe fosse dado o tratamento adequado, inclusive com o seu afastamento do trabalho; pois no dia anterior à sua morte ele sofreu desmaio e foi reconduzido ao trabalho pelo serviço médico da empresa. Além disso, não se admite que o dr. Fernando Sá Barreto, responsável pela assistência médica de centenas de funcionários, ignore que o tricloroetileno produz estado de torpor, que ele atribuiu ao uso de álcool. "Isso nos leva a questionar a competência de um profissional médico que aplicou adrenalina, que, segundo o laudo cadavérico, e totalmente contra-indicada em intoxicações como a que vitimou Marcelino", denuncia Daniel Gomes, diretor-presidente do Sindicato.

O próximo passo agora é reivindicar as medidas de segurança necessárias para trabalhadores que se expõem a ambientes insalubres em suas atividades. O funcionário Armando Veríssimo dos Santos, contratado para substituir Marcelino, foi demitido por ter desmaiado no local de trabalho, sob alegação de não ter-se adaptado à função.

Especificamente no caso de José Marcelino, o Sindicato moverá uma ação judicial requerendo a indenização da família do mesmo e seguro por morte acidental. Paradoxalmente a toda esta situação, nas nossas idas e vindas ao Instituto Médico Legal, pudemos constatar que os seus funcionários trabalham igualmente expostos à ação de vários produtos tóxicos sem qualquer proteção e sem direito a insalubridade. (Mária Elzete de Souza — diretora do Sindicato — Salvador, Bahia)

Saudamos neste número a vitória do Sindicato da Bahia, que conseguiu provar as causas reais da morte do operário José Marcelino, na Banylsa, por intoxicação provocada por produtos químicos na empresa. Faça com a companheira Elizete, diretora do Sindicato. Seja você também um correspondente da Tribuna em sua cidade, em seu local de trabalho!



fala o POVO

Muitas cartas merecem destaque neste número. Mas por falta de espaço, chamamos atenção para a denúncia da mãe do advogado João Carlos Batista, do Pará, ameaçado de morte pelos grileiros. (Olivia Rangel)

Grileiro de Berilo mata lavrador na tocaia

Mais um assassinato no campo. Agustavo nasceu em Mandassaia. Filho de lavradores, "lá viveu até casar com Joana Alves do Amaral, há 10 anos. Então mudou para Berilo. Ao chegar, comprou uma posse de terra da tia de sua mulher, onde fez casa e plantações para tirar o sustento da família. Logo o grileiro José Fonseca começou a querer invadir sua posse. Este grileiro já perseguia o povo do lugar há muito tempo, inclusive o sogro de Agustavo.



Muitas vezes o grileiro denunciava Agustavo. E o delegado de Berilo, Antônio Sales Amaral, intimava-o e lhe fazia ameaças para abandonar a posse. José Fonseca dizia que, se o lavrador teimasse em ficar na terra, ele o mataria e que seria o mesmo que matar um porco.

No final de março, em Lamarão, o grileiro provocou Agustavo com uma arma. O lavrador conseguiu tomar a arma do grileiro e atirou nele, ferindo-o de raspão. Depois entregou a arma na Delegacia de Polícia de Berilo. Al, o grileiro prometeu matar Agustavo e seu cunhado Valdemar Alves Amaral, que também mora no lugar. O delegado disse aos dois que tomassem cuidado com tocaia de José Fonseca.

No dia 24 de abril, o lavrador foi à casa de um vizinho comprar alimentos para a família. Ele sabia que estavam preparando uma

emboscada para matá-lo, foi avisado por um empregado da fazenda chamado Valdomiro.

Quando voltava para sua casa, os filhos de José Fonseca e alguns jagunços estavam na tocaia. Primeiro eles cortaram a água que serve a casa numa mangueira, para matá-lo quando ele fosse consertá-la.

A filha do posseiro, de 9 anos, ouviu eles andando no mato, perto da casa. Depois dona Joana ouviu os tiros. No primeiro, Agustavo ainda gritou: "Me acode, Joana!", quando ia abrir a porteira para chegar em casa. Além dos três tiros de espingarda, ele levou 4 facadas. E cortaram sua orelha esquerda.

Quando sua esposa e sua irmã chegaram ao local, viram correndo o filho de José Fonseca, Manoel, e o capataz Cirilo. Foi dada quei-

xa na Delegacia. José Fonseca e seus três filhos foram chamados para depor, mas foram soltos na madrugada do dia 26. Comenta-se que o delegado teria recebido 5 vacas e o cabo José Martins teria recebido Cr\$ 500.000,00 para soltá-los. Foi feita denúncia ao secretário de Segurança do Estado. José Fonseca e seus capangas foram chamados para depor. Mas ficou preso apenas o capataz.

A esposa de Agustavo disse que avisou o delegado de Berilo que seu irmão, Valdemar, estava sendo ameaçado de morte. E este lhe respondeu apenas que ele deveria fugir. Agustavo deixou 5 filhos e a mulher grávida de 5 meses. Os filhos que o viram morto acham que ele estava dormindo e até hoje pedem para acordá-lo. (leitor da TO em Berilo, Minas Gerais)

Paralisação de 4 dias na fábrica Santa Marina

Operários da Santa Marina (fábrica de vidros) em Mauá, paralisaram suas atividades no último dia 15 de junho, permanecendo em greve por 4 dias. No final, a diretoria da empresa resolveu abrir negociações.

reajuste de dezembro, data-base da categoria, no mês de setembro.

Apesar da diretoria do Sindicato estar dividida (comparecemos à porta da fábrica e em uma das reuniões com os operários, e apenas o diretor Antônio Fernandez estava presente em ambas as ocasiões), a greve contou com a quase totalidade dos funcionários, inclusive mensialistas. Segundo Freitas, um dos componentes da comissão, "na prática esta comissão só terá estabilidade se os operários estiverem organizados e unidos dentro da fábrica. A gente

está cansado de ver os patrões quebrando os acordos que fazem". Além disso, as reuniões feitas com os operários discutem os problemas comuns a todos os operários e camponeses. Como afirmou Fernandez, temos de estar conscientes de que os problemas que enfrentamos aqui são os mesmos que se enfrentam no Rio Grande do Sul, Bahia ou Amazonas. Temos que estar organizados porque os patrões, os fazendeiros, estão organizados. (comissão da TO em Santo André — São Paulo)

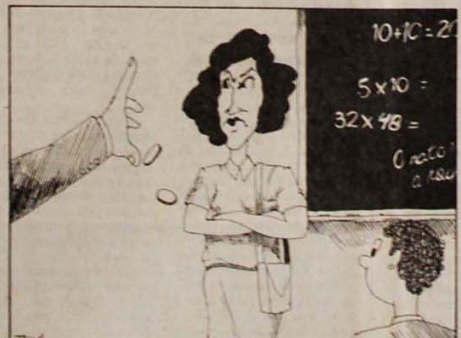
A luta das professoras de Bayeux

Desde 14 de junho, as professoras da rede municipal de Bayeux, na Paraíba, estão em greve reivindicando melhores salários.

As 180 professoras da rede municipal de ensino, sufocadas pelo inacreditável salário de Cr\$ 14.000,00 mensais, resolveram dar um basta nesta situação de miséria e pouca-vergonha. Elas reivindicam um piso de um salário-mínimo, reposição do FGTS, 13º salário e participação na elaboração de um estatuto do magistério.

O prefeito Pedro Juvêncio alega falta de verbas e promete solucionar os problemas apenas no próximo ano.

Com quase cem mil habitantes, o município de Bayeux, localizada na Grande João Pessoa, sofre as mazelas do chamado êxodo rural, inchando de ano para ano. As favelas multiplicam-se; a falta de saneamento e vários outros problemas agravam a vida da cidade.



Mas o prefeito não pode usar a situação do município como pretexto para pagar um salário vergonhoso e ameaçar as mestras de demissão. (amigo da TO em João Pessoa, Paraíba)

Mãe de advogado de posseiro denuncia violência no Pará

Basta uma pessoa pôr-se ao lado dos trabalhadores para logo ter contra ela a ira dos terroristas. Fazem presões, prisões arbitrárias, como no caso dos posseiros, em várias regiões do Pará. Quem está do lado do trabalhador sofre implacáveis perseguições de todos os lados das classes exploradoras e do governo reacionário.



O advogado João Batista Pimenta e vários posseiros, como Sebastião Mearim — em Vizeu —, Belchior, Gringo e muitos outros. Sou mãe do advogado João Carlos Batista, que trabalha na região da Belem-Brasília, e que, juntamente com o deputado Paulo Fontelles, o Procurador Geral do Estado do Pará, dr. Benedito Monteiro, os presidentes dos Sindicatos dos Traba-

Esses homens de que vou falar são posseiros, que vivem sofrendo horrores em suas terras. Eles não têm condições de viver nas cidades; quando vão, são obrigados a morar na periferia, enfrentando o desemprego e a marginalização. Vivem no interior trabalhando para criar seus filhos. São gente honesta que precisa ser defendida para poder viver com suas famílias. Suas casas são incendiadas, suas plantações são destruídas, suas terras griladas por fazendeiros.

Nessa região, já assassinaram o advogado Gabriel

lhadores Rurais de Vizeu e São Domingos do Capim, mais Maria do Socorro e Laise, está ameaçado de morte pelos fazendeiros que contratam pistoleiros para matar, como meu filho que constantemente está sendo ameaçado.

Os fazendeiros pagam para matar, não têm escrúpulos, são maus. Estou pedindo uma providência urgente, tanto para meu filho, como para os demais ameaçados, como os posseiros, que são homens bons e trabalhadores.

Tenho verdadeira simpatia pela Tribuna, inclusive participo de vendas e do movimento no bairro.

Meu filho é uma pessoa boa, que só vê o sofrimento dos posseiros e dos demais, não visa o dinheiro. Estou desesperada, porque eles mataram mesmo, como já mataram muitos que lutam pelos seus direitos. (Izaura Ramos Batista — Belém, Pará)

Grito de advertência na Monark

Devido aos baixíssimos salários que vêm recebendo, insuficientes para as necessidades básicas de sua sobrevivência, os operários da Monark se organizaram em assembleia junto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para elaborar uma forma de repúdio à situação que enfrentam dentro da empresa e para conquistar antecipação salarial de 20%.



Foi feito um abaixo-assinado entre os funcionários da Monark e o mesmo será encaminhado à direção da empresa. Segundo o diretor do Sindicato, Luis Antônio, esse abaixo-assinado conta com o respaldo de 90% do pessoal da fábrica.

O Sindicato dos Metalúrgicos entregará o abaixo-assinado à direção da empresa e, se a resposta for negativa, serão adotadas outras formas de luta. (Antônio Acácio Nascimento — São Paulo, SP)

Capitão e pistoleiro contra lavradores

Mais uma vez aconteceu brutal despejo de lavradores no município de Xinguara, na comarca de Conceição do Araguaia.

Para execução da medida liminar de reintegração de posse concedida pelo Juiz de Direito de Marabá, a PM mobilizou 76 militares e cinco pistoleiros na área. Inclusive, na ocasião, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria — João Canuto de Oliveira — foi grosseiramente desrespeitado pelo gerente do grileiro e pelo comandante da tropa quando esse

exigia cópia do mandato liminar. O saldo dessa manobra são 22 famílias que perderam suas lavouras nas terras em que trabalhavam, criados com isso mais um problema social em Rio Maria, onde se encontram os despejados. O prefeito Adilson Laran, defensor e cultor da violência, deve estar muito feliz com o fato. (amigo da TO em Rio Maria, Pará)

Uma resposta energética aos agressores fascistas

Neste número, damos por encerrada a Campanha de Reconstrução da Tribuna Operária, com grande êxito. Isso não seria possível sem a colaboração de todos os companheiros que se solidarizaram conosco e contribuíram financeiramente para a reconstrução da sede.

Agradecemos a todos que caminharam conosco durante este período, unindo forças para o jornal prosseguir na luta contra o regime militar. Mesmo assim, as contribuições que continuarem chegando serão bem recebidas e publicadas oportunamente.

SÃO PAULO

"Saudando a luta do jornal Tribuna Operária, enviamos nosso apoio esperando que a luta continue, mais firme, mais decidida, pois com certeza estamos mais próximos da vitória." Moção apresentada pelo vereador Gilmar Lopes da Silva e aprovada pela Câmara de Guarulhos.

ESPIRITO SANTO

Voto de protesto do vereador Elymar Fabris contra a violência praticada à redação da TO, aprovado na Câmara de Cachoeiro de Itapemirim.

PARANÁ

Moção de repúdio aprovada no XXXV Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas, promovida pela União Paranaense dos Secundaristas.

CEARA

"Estamos lutando hoje pela construção de uma nova sociedade e atos abusivos como esse atentado não podem continuar acontecendo. Portanto, a luta da TO de todo o povo brasileiro continua firme." C.A. de Pedagogia — Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu.

BAHIA

"Nós, trabalhadores têxteis, reprovamos mais essa atitude fascista do regime militar, que sempre tenta calar, através da força, aqueles que defendem a verdadeira liberdade e democracia para o nosso país, a exemplo do general Newton Cruz, que decretou as medidas de emergência como forma de intimidar os parlamentares para que a emenda das diretas-já não fosse aprovada." Grupo de têxteis tribuneiros de Camaçari.

PARAIBA

"Enviamos nossos votos de apoio a esse periódico voltado para a luta em prol da derrubada da ditadura militar e pelo restabelecimento das diretas-já." Giovanni Metreles, presidente do Diretório Acadêmico da FAFIG — Guarabira.

SANTA CATARINA

Abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas de trabalhadores, estudantes e donas-de-casa de Florianópolis.

Doações chegaram a 14 milhões!

Coleta entre moradores de São Gonçalo (RJ). Cr\$ 18.000
Assinatura pelo D.A. da FAFIG, Guarabira (PB) 30.000
Jonas Antônio dos Santos, Jacareizinho (PR) 10.000,00
Subtotal 58.000,00
Total das semanas anteriores 13.890.316
Total geral 13.948.316

A caminhada da AP para o marxismo

É possível uma organização pequeno-burguesa evoluir até uma posição proletária? Esta foi a questão com que se defrontou o Partido Comunista do Brasil ao avaliar, em fins de 1976, o processo de incorporação da "Ação Popular" ao PC do B, concluído anos antes. A trajetória da AP, de sua origem católica à adesão ao marxismo-leninismo, é o tema abordado no recém-lançado livro "História da Ação Popular, da JUC ao PC do B", de Haroldo Lima e Aldo Arantes.

Os autores participaram da fundação da AP e de todo o processo de prática política e luta ideológica que levou a esmagadora maioria de seus militantes a ingressar no PC do Brasil. Baseados em suas experiências pessoais e nos depoimentos de pessoas envolvidas no episódio, Haroldo e Aldo relatam, em estilo vivo e com riqueza de detalhes, a "assimilação do marxismo-leninismo pela AP", que "não foi simples, linear, nem apenas teórica. A AP procurou tirar consequências práticas do entendimento que a tendo da doutrina do proletariado. Cedendo, deparou com a questão do partido proletário no Brasil. E reagiu como habitualmente fazem as organizações pequeno-burguesas revolucionárias —

negam a existência de um partido desse tipo no Brasil e se propõem a ser esse partido". "Cinco anos após seu surgimento, a AP passou a considerar-se marxista-leninista e outros seis anos permaneceu nessa condição. Em 1972, incorpora-se ao PC do Brasil".

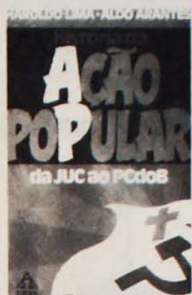
HEGEMONIA NA UNE

Ao relatar a trajetória de um agrupamento reformista pequeno-burguês que passa a posições revolucionárias e finalmente adota a perspectiva do proletariado, os autores fazem também a análise dos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil do início dos anos 60 a meados da década passada.

Originária de um setor da Juventude Universitária Católica,



Aldo Arantes



Haroldo Lima

lica, a atuação inicial da AP se dava no movimento estudantil, principalmente universitário. "De suas fileiras saíram todos os presidentes da União Nacional dos Estudantes, desde Aldo Arantes, eleito em 1961, na transição de JUC para AP, até Honestino Guimarães, presidente em 1971, e Newton Miranda, o último dirigente clandestino da UNE, em 1972". Para Arantes, contudo, "foi de ampliar a base de trabalho, deixar de ser um partido universitário".

Nesse esforço, em 1967 tem início o movimento de "integração na produção"; a Ação Popular foi ao campo e às fábricas, visando a "vincular à prática produtiva das massas os segmentos de militantes originários da pequena burguesia, estudantes, professores, jornalistas, engenheiros, médicos, etc.". Para fazer um balanço desse movimento, Aldo e Haroldo arrolaram 23 frentes de trabalho e estudaram um grupo de 120 companheiros. Em que pesem os pontos negativos da experiência, os autores concluem que "o movimento de 'integração na produção' serviu para consolidar e ampliar importantes trabalhos populares da AP e

inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Contribuiu para que inúmeros quadros e militantes tivessem um contato mais direto com as massas".

Esse movimento foi decisivo para que a AP tivesse participação em lutas de repercussão nacional, como as greves de metalúrgicos de Contagem, em Minas, e de Osasco, em São Paulo, em 1968; a greve dos assalariados rurais da Zona da Mata de Pernambuco, em 1968; as lutas de Pindaré, no Maranhão; os acontecimentos do 1º de Maio de 1968 em São Paulo etc.

FUNDAMENTAL PRÁTICA

Ao avaliar a experiência da Ação Popular, o PC do Brasil destacou em seu documento de 1976 que o fator fundamental da evolução da organização "foi a articulação da luta ideológica com a prática política". Destaca que "foi a prática política, a participação no movimento de massas e na luta de classes, que imprimiu consequência à luta ideológica de aspectos básicos do marxismo".

Naturalmente, o período de existência da AP, e, quase todo

ele, o período em que a ditadura militar cometeu seus maiores crimes contra o povo e a nação brasileira. Em sua sanha terrorista, os generais no poder prenderam, torturaram e assassinaram inúmeros patriotas e revolucionários, dentre eles vários militantes do PC do Brasil e da AP. A própria reunião do Comitê Central, que avaliava a incorporação da Ação Popular ao Partido Comunista, foi atacada pelos militares, em dezembro de 1976, em São Paulo.

Também esse período, em que o Brasil vive sob o regime fascista, é abordado por Haroldo Lima e Aldo Arantes em seu livro, que é uma importante contribuição para o conhecimento de nossa história recente e, mais particularmente, da rica experiência da Ação Popular, sua prática política e a luta ideológica travada em seu seio durante os seus 20 anos de existência. O livro "História da Ação Popular, da JUC ao PC do B", publicada pela Editora Alfa-Omega, tem como anexo a íntegra da segunda parte do documento aprovado pelo Comitê Central do PC do Brasil sobre a incorporação da AP. (Carlos Pompe)



Nas batalhas estudantis dos anos 60, a AP tinha hegemonia

Um inventário da luta eleitoral pós-64

As razões das derrotas crescentes do governo e das vitórias sucessivas da oposição, através de dados e análises de fácil compreensão, fazem o conteúdo do livro "Eleições no Brasil pós-64", dos jornalistas Raimundo Pereira, Alvaro Caropreso e José Carlos Ruy, publicado recentemente pela Global Editora.

Mesmo inventando cobras e lagartos para aumentar suas possibilidades e diminuir as chances da oposição, o regime militar apanhou feio na briga com as forças opositoristas pelos votos nos pleitos ocorridos no Brasil nos últimos 20 anos. Em cinco eleições majoritárias (em que se vota para governador, deputado federal ou senador), desde 1964, o partido do governo ganhou apenas uma vez, em 1966.

A oposição ganha e o governo leva: eis a regra básica perseguida pelos militares através do seu modelo de eleição. Em 1982, a oposição ganhou em 19 dias 23 capitais, mas o PDS, que venceu em apenas quatro, indicou 13 prefeitos. A oposição teve 9 milhões de votos de vantagem sobre o PDS, mas ficou com 36 votos a menos no Colégio Eleitoral, montado para escolher o presidente da República.

Segundo o livro, o fracasso do regime militar nas urnas reflete a derrota dos seus objetivos em esmagar o movimento popular e promover o "desen-



volvimento" do país sem mexer na propriedade da terra e no caráter dependente da nossa economia. Para se preservar, viciou e corrompeu regras eleitorais já imperfeitas, além da repressão feroz desencadeada contra as organizações democráticas e populares.

82: QUEM GANHOU E QUEM PERDEU

Onde é maior a força dos coronéis modernos e do voto



A luta pelas diretas: o voto é útil contra o regime militar

de cabresto, vence o PDS; onde predomina a melhor organização do povo, ganha de longe a oposição. Em 136 dos 336 municípios baianos, o PDS teve, em média, 99,1% dos votos. Mas na periferia de São Paulo, teve de se contentar com apenas 14,1% da votação, contra 82% dada aos partidos opositoristas.

Nas teses que levanta em sua conclusão, o livro destaca o acerto da tática dos que defenderam e defendem a aliança do movimento popular com setores liberais das classes dominantes para enfrentar o re-

gime nas urnas, e critica os que defendem, na presente situação, a atuação isolada das correntes populares — o que facilita o predomínio das regras eleitorais impostas, aumentando as dificuldades de avanço do movimento popular nesse terreno.

O PT foi fundo nesse erro em 1982 e, como resultado, na maioria dos Estados seus filiados não conseguiram sequer um voto a mais para a legenda partidária. Bastariam seus votos para impedir a derrota opositorista no Rio Grande do Sul ou para permitir que

andidatos mais avançados vencessem em municípios operários importantes, como Santo André e São Caetano do Sul, ganhos pelo PTB.

O livro refuta a afirmação de que os candidatos mais combativos foram os principais derrotados em 1982, e demonstra que as novas composições das Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara Federal têm agora um número bem maior de representantes do povo, que defendem a luta intransigente pelo fim do regime militar e por transformações profundas na sociedade brasileira.

Finalizando, ressalta que, apesar de útil, a eleição não é o único método para resolver os problemas do povo, e cita a história política do mundo e do Brasil, permeada de golpes de Estado, revoluções ou guerras civis. Afirma que, mesmo nas eleições realizadas sob o regime militar, o povo encontrou brechas para aumentar seu grau de participação na vida política do país. E cita como importantes lutas eleitorais as que se desenvolveram no Brasil para escolha do próximo presidente da República e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. (Aldo Rebelo)

Endereços para envio de cartas e pedidos de assinatura para a Editora Anita Garibaldi Ltda. em diversas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.

Tribuna Operária

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna, economiza mais de Cr\$ 30 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna. Preencha e envie hoje mesmo o cupom ao lado.

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 269 por exemplar. Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. pela seguinte opção de assinatura: Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 30.000,00, Anual comum (52 edições) Cr\$ 15.000,00, Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 14.000,00, Semestral comum (26 edições) Cr\$ 7.000,00, Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00.



Açúcar com gosto de sangue

"O açúcar produzido na zona canieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenho e usineiros, que implantaram um verdadeiro clima de terror." A afirmação, da Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetape), é corroborada por fatos de arrepiar os cabelos.

Edite Maria da Silva, trabalhadora no Engenho Estrela do Norte, reclamou no fim de 1983 o pagamento do 13º salário. Recebeu como "pagamento", embrulhado num pacote, um órgão sexual de boi ainda fresco. Dias depois, ela e o marido voltavam da feira, em Rio Formoso, quando encontraram o senhor do engenho, que os espancou com um cacete e ameaçou-os de morte.

No Engenho Fortaleza II, da Usina Petribu, o senhor de engenho Marcos Albuquerque Oliveira espancou pessoalmente o trabalhador João Severino Santana, o João Cosmo, quando este caminhava em uma bicicleta, com seu filho de três anos de idade. O caso foi levado à polícia, mas quem foi autuado em flagrante por "tentativa de homicídio" foi a vítima!

No mesmo engenho, os trabalhadores José Costa e Severino Ribeiro da Silva foram espancados com *cipó de boi*. E o delegado sindical João Correia de Santana, ameaçado de morte, teve de refugiar-se no Sindicato junto com a mulher.

Antonio, 72 anos, não quis deixar o sítio; morreu com um tiro

No Engenho Petribu II, município de Carpina, administrado pelo sr. Jorge Petribu, filho do usineiro da Petribu, há vigias armados de espingardas calibre 12 e revólveres, que circulam pelos locais de trabalho e moradia dos canieiros. Dois desses vigias

chegaram a expulsar, a mão armada, dois inspetores da Delegacia Regional do Trabalho que se identificaram e estavam num carro chapa-branca do Ministério. Antônio Rodrigues dos Santos, 72 anos de idade, sogro e tio de sindicalistas, morador há mais de 40 anos no Engenho Caruabas, recusou-se a deixar seu sítio e moradia como queria o administrador Geraldo Guerra. Foi assassinado, a tiro, por um vigia do engenho, onde até fiscais do Instituto de Pesos e Medidas já foram obrigados, à força, a devolver balanças e varas apreendidas por estarem fraudadas.

Senhores de engenho e usineiros montam milícias privadas

No Engenho Ubarquinha, município de Serinhaém, o trabalhador rural Antônio Joventino dos Santos perguntou ao cabo de Engenho, Nivaldo Antônio da Silva, se havia apontado seu dia de serviço. O cabo de engenho respondeu que nem apontou, nem iria apontar. Diante do protesto de Joventino, sacou o revólver e disparou à queima-roupa, matando-o na hora.

No município de São Lourenço da Mata, o delegado sindical do Engenho Araújo foi ameaçado pelo fiscal de campo da Usina Bulhões, proprietária do engenho. De revolver na mão, o fiscal ainda ateu fogo na Delegacia Sindical do engenho, para impedir reuniões dos trabalhadores.

Depois de relatar estes e dezenas de outros episódios, a Fetape

concluiu que "existe uma escalada de violência na região canieira, que vem assumindo formas e mecanismos crescentemente organizados, principalmente nos municípios de Carpina, Lagoa de Itaenga e Paudalho".

E denuncia também a "estruturação de um poder, marginal e paralelo", a milícia privada dos usineiros e senhores de engenho. São quadrilhas de capangas, vias e cabos de engenho, armados com revólveres calibre 38 e espingardas 12, além do *cipó de boi* usado como acóite.

Segundo a análise da Federação, o problema vem recrudescendo desde as eleições de 1982, quando o governo desativou a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. A partir daí, os patrões da zona canieira passaram a usar um expediente repulso e ilegal, para burlar os acordos trabalhistas conquistados pelos canieiros a partir da histórica greve de 1979. De um lado, eles passaram a contratar mão-de-obra vinda do sertão e do agreste, não sindicalizada e sem experiência de luta, pagando menos da metade do salário legal. De outro lado, promoveram a escalada da violência para dobrar os trabalhadores da zona canieira.

Sindicatos são os alvos preferidos da violência patronal

A violência é usada para expulsar os moradores dos seus sítios a fim de expandir a área plantada com cana. Serve também para desalojar trabalhadores com até 30 anos nos engenhos, sem pagamento dos direitos trabalhistas. Para afastar os canieiros registrados, substituindo-os pelos *clandestinos* (assalariados volantes, sem carteira assinada). Mas é ainda uma violência voltada especificamente contra os sindicatos e em especial os delegados sindicais em cada engenho, assim como os trabalhadores que reclamam seus direitos na Justiça do Trabalho.



Os cavalos puro-sangues de corrida foram rapidamente transportados para lugar seguro...

Cavalos são mais bem tratados que flagelados do Sul

As enchentes no Rio Grande do Sul deixaram um saldo de 16 mortos, até o momento, e perto de 16 mil desabrigados, que reclamam do abandono em que as autoridades os deixaram. Os flagelados acham que o dinheiro gasto por ministros para sobreviver na área inundada devia ser usado para atacar as causas do problema das cheias.

A enchente atingiu 96 municípios gaúchos, dos quais 74 se encontram em estado de emergência. A maioria dos desabrigados — 70% — se encontra na região metropolitana de Porto Alegre. Tal como na grande cheia do ano passado, as autoridades anunciaram a liberação de verbas, promovendo operações especiais de salvamento e sobrevoam às regiões atingidas, em ações custosas e pouco eficazes. As queixas dos flagelados são muitas.

No acampamento de desabrigados na Vila Elisabete, Zona Norte de Porto Alegre, é comum o povo perguntar aos assistentes da Defesa Civil: "Onde estão a comida e a roupa que o governo manda?". Na Ilha do Marinheiro, localizada no rio Guaiaba e sujeita a enchentes periódicas, um dos moradores evacuados por medida de precaução reclamava desesperado, ao voltar: "Não é possível! Minha casa foi roubada, com paredes, telhas, tudo junto!". O presidente da Associação dos Moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Adelino Saldanha, também protesta: "Lá na minha ilha, tem 120 famílias isoladas e sem qualquer recurso".

Gaúchos recordam agora promessas do governo em 1983

Além das ilhas do Guaiaba, outra área de Porto Alegre bastante atingida é a Zona Sul. Ali, no bairro Tereópólis, o arroio Cascatinha transbordou, e uma mãe, ao fugir assustada com o filho de colo, ia saindo pela porta da cozinha quando formara numa cratera de cinco metros. Uns passos a mais e ambos teriam morrido.

Já os cavalos puro-sangues ingleses do Jockey Clube de Porto Alegre tiveram sorte bem melhor que o povo pobre das ilhas e da Zona Sul. Logo que a água tomou conta do Hipódromo do Cristal, os animais foram soltos; pouco tempo depois, eram reunidos e transportados em cami-

Demagogia não resolve

As enchentes no Rio Grande do Sul estão sendo tratadas como a seca nordestina: na base do assistencialismo e sem ir à raiz do problema. Quem faz a denúncia é Caio Lustosa, ecologista e vereador do PMDB de Porto Alegre. Citando estudos da Associação de Geólogos e da Sociedade de Agronomia, sublinha que a saída está no reflorestamento do solo para recuperar as perdas ecológicas, reconstituindo a mata nativa.

Estima-se que, a persistir o desmatamento nas barrancas dos rios, mais a monocultura, dentro de algum tempo 20% da superfície do Estado hoje usada na agricultura estarão transformados em deserto, e então as cheias terão consequências imprevisíveis para a população pobre.

Além disso, salta aos olhos a falta de um trabalho preventivo nas áreas sistematicamente atingidas pelas cheias. Um estudo da Fundasul mostrou que 40% dos moradores das ilhas residem ali há 17 anos, e a cada ano são vítimas de novas enchentes, sem que as autoridades tenham feito alguma coisa para defendê-los.

Em pronunciamento na Câmara dos Vereadores, Caio Lustosa afirmou que "o reflorestamento das matas nativas e a retirada da população das áreas facilmente inundáveis são a forma de solucionar o problema das enchentes". E denunciou a demagogia dos governantes que se esmeram em campanhas filantrópicas, todos os anos, sem buscar soluções definitivas.



... enquanto a população das ilhas ficava à própria sorte

nhões para locais seguros, onde estariam bem abrigados.

Em Guaiaba, município da Grande Porto Alegre, 1.200 moradores do Conjunto Residencial Cidade Verde ficaram com suas casas de baixo d'água porque o BNH, que construiu o conjunto, localizou-o em cima de um banhado. Em Taquari, mais de mil boias-frias estão sem trabalho há um mês devido às chuvas, sobrevivendo com alimentos doados pela Prefeitura. Em Cacoetina, a população está revoltada com o descaso do governo federal, que há anos protela a conclusão do dique sobre o rio Gravataí, o que superaria as cheias cíclicas naquele município.

Há também o problema

do próprio volume da ajuda. Segundo o governador Jair Soares, andreazzista e, portanto, insuspeito no caso, os prejuízos causados pelas chuvas chegam a Cr\$ 400 bilhões, principalmente no setor da produção agrícola. Contudo o ministro e "presidenciável" Mário Andreazza liberou apenas Cr\$ 30 bilhões para enfrentá-los...

Nessas horas, os gaúchos relembram as promessas dos governantes feitas logo após a enchente de 1983 — que afetou seriamente a vida do povo, e no alto e médio Uruguai chegou a destruir 60% da colheita. Soluções existem (veja o quadro), mas é evidente que o governo desperdiçou um ano sem encaminhá-las. (da sucursal)



Na zona canieira pernambucana, o patronato não derrama apenas o suor dos assalariados